

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES  
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2013/2014**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL**

**O PERFIL DO OFICIAL DO SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR  
NA GRANDE GUERRA**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE  
A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA  
RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO  
CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS  
ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA**



## **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

### **O perfil do oficial do Serviço de Estado-Maior na Grande Guerra**

**FERNANDO CÉSAR DE OLIVEIRA RIBEIRO**

**MAJ INF**

Trabalho de Investigação Individual do  
Curso de Estado-Maior Conjunto 2013/2014

Pedrouços 2014



## **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

### **O perfil do oficial do Serviço de Estado-Maior na Grande Guerra**

**FERNANDO CÉSAR DE OLIVEIRA RIBEIRO**

**MAJ INF**

Trabalho de Investigação Individual do  
Curso de Estado-Maior Conjunto 2013/2014

Orientador:

Major de Infantaria Carlos Filipe Lobão Dias Afonso

Pedrouços 2014

---



## **Agradecimentos**

A primeira palavra de apreço vai para o meu orientador. Pela sua sempre presente disponibilidade, constante interesse, espírito crítico construtivo, revisões, conselhos e sugestões que tanto enriqueceram o trabalho, o meu muito obrigado.

Ao Instituto de Estudos Superiores Militares, que na pessoa do Diretor de Curso, Coronel Ribeiro, facilitou o contacto com o Arquivo Histórico Militar.

Não poderia deixar de agradecer aos funcionários, militares e civis, do Arquivo Histórico Militar, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Um obrigado aos elementos do curso a quem tenho o privilégio de chamar amigos, pelos vossos conselhos, interesse e ajuda ao longo desta caminhada, mas principalmente, pela vossa presença amiga e camarada.

Para a Inês e para a Rita, um especial agradecimento, por me terem ajudado durante todo o curso a fazer os “trabalhos de casa”, por, apesar da idade, terem compreendido que o pai precisava de estar a ler e a escrever ao computador ao invés de lhes dar atenção.

Por fim, à minha mulher, Catarina, por me ter acompanhado e incentivado ao longo de todos estes meses, o seu apoio foi fundamental, o meu obrigado por me teres acompanhado nesta jornada.

A todos um grande Obrigado!



## Índice

Introdução .....	1
Modelo Conceptual.....	2
1. Enquadramento .....	5
a. Caraterização da época.....	5
(1) A política.....	5
(2) O desenvolvimento .....	7
(3) A educação.....	8
b. Caraterização histórica do Corpo/Serviço de Estado-Maior.....	9
c. Formação dos oficiais de Estado-Maior.....	10
(1) Curso de Serviço de Estado-Maior da Escola do Exército .....	12
(2) Curso de Estado-Maior (complementar).....	13
d. Funções do Serviço de Estado-Maior .....	15
2. Dados dos oficiais do Serviço de Estado-Maior .....	17
a. Escolas preparatórias.....	17
b. Naturalidade .....	18
c. Curso de origem e respetivo lugar de curso .....	19
d. Estado civil e número de filhos .....	19
e. Posto máximo alcançado.....	20
f. O percurso profissional .....	20
(1) A hipotética carreira.....	21
(2) As diferenças em relação aos oficiais do Curso de Estado Maior .....	25
3. Análise comparativa .....	27
a. Origem familiar e naturalidade .....	28
b. Armas de origem, lugares de curso e família.....	30
c. Posto máximo alcançado.....	33
d. Carreira e enquadramento do Serviço de Estado-Maior .....	35
Conclusões .....	38
Fontes .....	43
Bibliografia .....	48



## **Índice de Apêndices**

Apêndice 1 - Fontes, convenções de transição e abreviaturas.....	Ap1-1
Apêndice 2 - Relação dos documentos do Arquivo Histórico Militar sobre os oficiais do Serviço de Estado-Maior da Grande Guerra.....	Ap2-1

## **Índice de Figuras**

Figura 1 - Esquema geral da metodologia da investigação .....	3
Figura 2 –Esquema da dinâmica entre funções (terceira fase) .....	27
Figura 3 –Esquema da dinâmica entre funções (quarta fase) .....	28

## **Índice de Tabelas**

Tabela nº 1 – Estrutura de ocupação da população por atividade económica, em percentagem..	7
Tabela nº 2 – Escolas preparatórias .....	17
Tabela nº 3 – Naturalidade dos elementos do SEM 1914-1918.....	18
Tabela nº 4 – Armas de origem .....	19
Tabela nº 5 – Lugares relativos de curso .....	19
Tabela nº 6 – Estado Civil .....	20
Tabela nº 7 – Posto máximo alcançado .....	20
Tabela nº 8 – Armas de origem sem SEM/EE.....	31
Tabela nº 9 – Documentos utilizados .....	Ap2-1



## Resumo

O Serviço de Estado-Maior foi instituído em 1899, sendo herdeiro do Corpo de Estado-Maior instituído em 1834. A Lei 26 de Maio de 1911, que visou a reforma do Exército após a implementação da República em 1910, manteve a mesma designação.

O objetivo do nosso trabalho é a caracterização do perfil do Oficial deste Serviço na Grande Guerra. Os oficiais que constituíam o Serviço de Estado-Maior recebiam formação específica para o desempenho das respetivas funções. Até 1890 a formação desses oficiais ocorria no mesmo molde das restantes Armas do Exército, sendo um curso de base da Escola do Exército. A partir de 1891 passou a ser um curso complementar, mantendo-se como um Corpo distinto, mas abrindo a entrada a todas as Armas do Exército.

Tendo crescido numa época conturbada, tanto política como economicamente, estes oficiais eram de origens citadinas, oriundos de famílias com a possibilidade de lhes permitir estudos, que assentavam praça no Exército, chegada a idade, com o intuito de se formarem como oficiais.

Ao ingressar na Escola do Exército recebiam uma formação académica muito acima da média da época, incluindo os seus pares, o que lhe permitia possuir uma capacidade para desempenhar diversos tipos de funções, tanto militares como civis. A nível militar, não estamos perante um grupo que apenas planeava e geria, para além das missões inerentes ao Estado-Maior, comandava Companhias, Batalhões e Grupos, desempenhando missões de âmbito operacional.

O Serviço de Estado-Maior, durante a Grande Guerra, enquadrava-se com o perfil expectável para a época uma vez que possuía a direção “política” do Exército, sendo responsáveis, entre outras competências, pelos exercícios e instrução, movimentando assim toda a instituição.

Neste trabalho vimos que o Serviço de Estado-Maior, desde a sua génese como Corpo de Estado-Maior, sempre desempenhou um importante papel no seio do Exército, incluindo nas alturas mais conturbadas como foi o período da Grande Guerra.



### ***Abstract***

The General Staff Service was a body established in 1899, being heir of the General Staff Corps established in 1834. The 1911 law which aimed to reform the Army after the Republic implementation of 1910, kept its name .

Our work's aim is to characterize the profile of the General Staff Service officer during the Great War period. The officers who constituted the General Staff Service received specific training in order to be able to perform their functions. Until 1890, these officers were formed as the remaining Army bodies, being one of the officers course of the Military School. In 1891 this course became complementary for the officers of the other bodies, although the General Staff Service remained as a distinct body

Having grown up in a troubled time, both politically and economically , these officers had city backgrounds, belonged to families able to put them through school, when coming of age they would enlist in the Army in order to become officers.

When in the Military School, they would receive an academic training well above the time's average, including most of their peers, this allowed them to have the ability to perform various types of functions, both military and civilian. Militarily, this group would not only be planning and administrating, in addition to the General Staff Service's inherent tasks, they would also command Companies, Battalions and Groups thus performing operational missions.

During the Great War, the Staff Service fitted the expected profile of the time, since it had the "political" direction of the army, being responsible, among other things, for the exercises and overall instruction, thus moving the entire institution.

In this work we found that the General Staff Service, since its inception as the General Staff Body, has always played an important role within the Army, including in the most troubled times as it was the Great War period.





### **Palavras-chave**

Estado-Maior, Grande Guerra, perfil sociográfico, Exército.



## Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

### A

AE	Almanaque do Exército
APP	Academia Politécnica do Porto
AHM	Arquivo Histórico Militar
Artº	Artigo

### C

CEP	Corpo Expedicionário Português
CEM	Curso de Estado-Maior
CM	Colégio Militar

### E

ECO	Escola Central de Oficiais
EE	Escola do Exército
EG	Escola de Guerra
EM	Estado-Maior
EME	Estado-Maior do Exército
EP	Escola Politécnica

### I

IPE	Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar
-----	---------------------------------------------------------------

### N

Nº	Número
n.d.	não disponível

### P

PP	Pergunta de Partida
PD	Pergunta Derivada

### S

SEM/EE	Serviço de Estado-Maior formado de base na Escola do Exército
Serviço de EM	Serviço de Estado-Maior

### U

UC	Universidade de Coimbra
----	-------------------------



## **Lista de abreviaturas de fontes**

### **A**

AHM                      Arquivo Histórico Militar

### **L**

LAEE                    Listagem dos Alunos da Academia de Fortificações, Escola do Exército; Escola de Guerra, Escola Militar

### **F**

FM                      Folha de matrícula

### **L**

LGAE                    Lista Geral de Antiguidades do Exército

### **O**

OE                      Ordem do Exército

### **P**

PAEE                    Processo de Acesso à Escola do Exército



## Introdução

*“Enfim, não houve forte capitão  
Que não fosse também douto e ciente.”*

*Luís de Camões (Séc.XVI)*

O Serviço de Estado-Maior foi instituído em 1899 (Sá Nogueira, 1969, p. 21), sendo herdeiro do Corpo de Estado-Maior instituído em 1834. A Lei 26 de Maio de 1911, que visou a reforma do Exército após a implementação da República em 1910, manteve esta designação.

Os oficiais que constituíam o Serviço de Estado-Maior recebiam formação específica para o desempenho das respetivas funções. Até 1890 a formação desses oficiais ocorria do mesmo molde das restantes Armas do Exército, sendo um curso de base da Escola do Exército. A partir de 1891 passou a ser um curso complementar, mantendo-se como um Corpo distinto, mas abrindo-se assim para todas as Armas do Exército.

Durante a Grande Guerra, este serviço foi constituído por 74 oficiais, sendo 23 deles oriundos do Serviço de Estado-Maior da Escola do Exército e 51 deles oriundos das Armas possuindo o curso complementar. O presente trabalho debruça-se sobre a caracterização deste grupo de oficiais.

Este trabalho, não pretendendo analisar doutrina, táticas, procedimentos ou estilos de liderança, não se enquadra no que é habitualmente esperado no campo da História Militar. Não prevê contribuições diretas para a função normalmente esperada deste ramo da História, ou seja, a formação dos líderes militares. A História contribui para a formação ao permitir aprender o sentir e pensar do soldado (Muraise, 1964, p. 5). Encarando a História Militar como uma disciplina que deverá oferecer “...valiosas lições práticas sobre a arte da guerra...” (Pedrosa, 2011, p. 4), admite-se que este trabalho não trará grandes contributos para a História Militar na perspetiva do Marechal Foch (Muraise, 1964, p. 7), isto é, servir para ensinar a pensar a guerra e para complementar a experiência pessoal de um líder militar, em suma, não irá ajudar muito a dar a “confiança”, a principal utilidade da História tal como descrito pelo Marechal.

A História evoluiu no Séc. XX, como refere Severiano Teixeira, deixando de ser uma abordagem exclusivamente político-militar, passando a uma visão alargada e global, abrindo-se ao coletivo (Teixeira, et al., 2004, p. 11). Esta evolução primou por se manter “...firme, numa tentativa de mostrar “como foi de facto” baseada na prova em vez de



especulação ou teorização posterior.”<sup>1</sup> (Speller, 2011, p. 2). O campo do militar carece do mesmo tipo de abordagem global, como diz Fernando Pedrosa, ou seja, a fim de realmente se compreender o que se passou não basta a descrição das batalhas e decisões tomadas. Na verdade “...torna-se impossível uma história militar que se limita à gramática de guerra...” (Teixeira, et al., 2004, p. 11), estando esta, numa abordagem científica interdisciplinar, a criar um novo paradigma mais abrangente, desligando-se do aspeto meramente descritivo de campanhas e buscando a compreensão e a explicação, baseada num conhecimento científico no campo das ciências sociais (Teixeira, et al., 2004, p. 12).

A descrição do perfil social de um Serviço, como era o do Estado-Maior, surge como possuindo grande relevância e importância para entender devidamente como o Exército Português participou na Grande Guerra. Esta descrição irá possibilitar uma mais fiável interpretação dos factos, contribuindo para que a História Militar desta participação possua, como Muraise defendeu, uma relação dos feitos humanos no sentido geral, em ligação estreita com os feitos singulares (Muraise, 1964, p. 17).

Este trabalho permitiu-nos caracterizar o grupo de oficiais do Serviço de EM, o seu percurso profissional, enquadrá-los com os restantes oficiais e com o seu tempo pretendendo assim contribuir para um mais preciso conhecimento sobre a participação de Portugal na Grande Guerra.

### **Modelo Conceptual**

Sendo o objetivo deste trabalho caracterizar o perfil sociográfico dos oficiais pertencentes ao SEM de 1914 a 1918, iremos aferir quais os aspetos comuns e divergentes com os restantes oficiais do Exército e, através da caracterização das funções desempenhadas, enquadrar com o modelo de Exército expectável à época.

Para tal elaborámos a seguinte pergunta de partida:

PP – “Quais as características sociográficas dos oficiais pertencentes ao Serviço de Estado-Maior de 1914 a 1918?”

No sentido de operacionalizar a execução do trabalho e desta forma mais facilmente inferir a resposta à PP, foram formuladas as seguintes Perguntas Derivadas (PD):

PD 1 – “Existem diferenças entre os oficiais do Serviço de Estado-Maior de 1914 a 1918 e os restantes oficiais do Exército?”

PD 2 – “Em que aspetos o Curso de Estado-Maior constitui distinção dos oficiais em relação aos restantes do seu curso na EE?”

---

<sup>1</sup> Esta e todas as traduções do trabalho são da responsabilidade do autor.



PD 3 – “De que modo o Serviço de Estado-Maior Português está em linha com os perfis de Estados-Maiores no mesmo período?”

O procedimento metodológico que seguimos deu resposta às perguntas derivadas e no final à pergunta de partida. Inicialmente arrolámos toda a documentação (Apêndice 1 - Fontes, convenções de transição e abreviaturas) que necessitamos para a compreensão e análise do problema. A definição do grupo foi resultante da análise das listas de antiguidades do Exército de 1914 a 1918 (LGAE, 1914, pp. 16-19), (LGAE, 1915, pp. 18-21), (LGAE, 1916, pp. 16-19), (LGAE, 1917, pp. 16-20), (LGAE, 1918, pp. 20-25), onde foram identificados os nomes de todos os oficiais pertencentes ao Serviço de Estado-Maior (EM) durante este período. A escolha do período é justificada por Portugal ter estado envolvido em operações contra forças alemãs no CEP e em Angola e Moçambique logo em 1914.

Com a análise do *Corpus Documental* (Apêndice 2 - Relação dos documentos do Arquivo Histórico Militar) atingimos os objetivos da investigação, de uma forma sequencial, como se apresenta na Figura Nº1

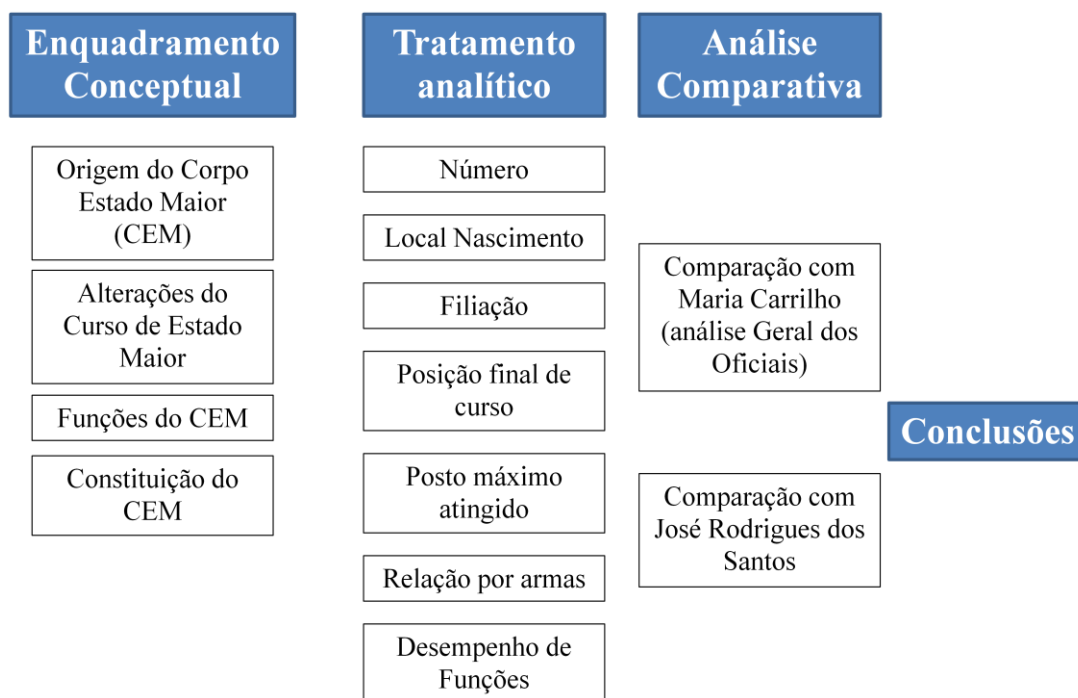


Figura 1 - Esquema geral da metodologia da investigação

Fonte: (Autor, 2013)

Torna-se aqui necessário salientar um facto metodológico relevante para a compreensão do nosso trabalho. Vários autores serviram de inspiração no gizar e no



concretizar do mesmo e apesar de não se encontrarem incluídos no modelo de análise, alguns merecem uma referência pela forma como foram “dando pistas” ao longo da presente investigação. São eles: Samuel P. Huntington com o seu *The Soldier and the State*, Morris Janowitz com o *Professional Soldier* e João Freire com o seu trabalho *Uma Sociografia dos oficiais do Corpo de Estado-Maior do Exército Português (1938-1974)*, a quem desde já agradeço a generosidade da cedência desse trabalho ainda antes da sua publicação.

A razão desta não inserção prende-se com a circunstância de uns não abordarem o nosso país, como Huntington e Janowitz e no caso de Freire, por o estudo dele se desenrolar numa época diferente, e diferente, não apenas temporalmente, mas principalmente uma época com uma sociedade transformada não só tecnologicamente mas inclusivé ao nível dos ideais e pensamentos. Outro motivo para a não inclusão destas obras, é o peso nelas presente da relação dos militares com o poder político, nomeadamente da sua ingerência no mesmo, fator que não abordamos por opções metodológicas, uma vez que estamos em crer que o estudo de tal relação seria por si só um outro trabalho de investigação.

O nosso trabalho inicia-se com uma curta descrição histórica da época, após o que faremos o enquadramento conceptual sobre o Serviço de Estado-Maior. No capítulo seguinte faremos uma análise detalhada das fontes primárias de onde serão extraídas e trabalhadas as informações para responder às perguntas derivadas um, dois e três. Caraterizado o grupo como um todo, iremos confrontar os resultados obtidos por forma a escrutinar diferenças e semelhanças entre o grupo e os restantes oficiais do Exército da época. Com esta informação iremos também verificar se o grupo corresponde ao expectável para um Serviço desta natureza à época.



## **1. Enquadramento**

Este capítulo tem como finalidade a caracterização do tempo em que os nossos elementos cresceram, não apenas no sentido físico, mas também em que desenvolveram a sua personalidade. Intentamos contextualizar a sociedade da sua vivência como pessoas, por forma a conseguir espelhar como se desenvolveram a nível intelectual e de carácter.

Como refere Mattoso, o conhecimento do passado não é concebível como uma simples operação de seleção do conteúdo dos documentos onde ele se encontra congelado, é necessário recorrer a analogias por forma a exprimir o indizível, a tentar expressar a realidade que nos escapa (Mattoso, 2002, pp. 12,13).

Com este intuito iremos centrar a nossa caracterização nos aspetos que julgamos ser mais relevantes para a nossa análise, não nos focando tanto nas causas mas sim numa descrição factual, que apesar de necessariamente sucinta, nos permita relacionar e interpretar os dados do nosso grupo. Caraterizaremos a vida política, o desenvolvimento e a educação em Portugal nos finais do Séc. XIX e inícios do Séc. XX, seguidamente faremos uma caraterização do Serviço de Estado-Maior (EM)<sup>2</sup>, falando da formação específica que os oficiais efetuavam e por fim descreveremos as funções desempenhadas pelo Serviço de EM entre 1914-1918.

### **a. Caraterização da época**

#### **(1) A política**

O período compreendido entre 1868 e 1871 caracterizou-se por turbulência política e social. Em três anos decorreram cinco eleições e deu-se um golpe de estado, instabilidade que seguramente contribuiu para as dificuldades financeiras que o país atravessava. Em 1871, Fontes Pereira de Melo consegue formar um governo maioritário, colocando fim a quatro anos de instabilidade política (Ramos, et al., 2012, p. 537). De 1871 a 1877, Fontes empreendeu várias reformas políticas, alcançando alguma estabilidade política e acalmia social, proporcionada pela superação da crise económica (Bonifácio, et al., 2001, p. 467).

Mas a realidade de um país a duas velocidades não permitia uma estabilidade política duradora. Na sociedade coexistiam os partidos de notáveis, constituídos por redes de personalidades influentes que controlavam entre si as eleições, mas também uma

---

<sup>2</sup> Optámos por não abreviar Serviço de Estado-Maior por SEM, para evitar confusões com o Serviço de Estado-Maior de curso de formação da Escola do Exército. Assim quando nos referimos ao Serviço, como corpo do Exército iremos abreviar como Serviço de EM e quando for ao curso da Escola do Exército por SEM/EE





população citadina (concentrada em Lisboa e no Porto), politizada, que exigia uma organização partidária moderna. Estes dois mundos não se encontravam (Bonifácio, et al., 2001, p. 479), constituindo assim um fator importante de instabilidade.

A Monarquia instituída já não o era no sentido tradicional de uma Monarquia desde 1834, ano em que o Rei teve os seus poderes delimitados pela Constituição. Não é pois de estranhar que já em 1886 o escritor republicano Consiglieri Pedroso afirmasse que “...todos esses republicanos teóricos são monárquicos na prática por questão de oportunidade...”, aliás segundo constava, o próprio rei D. Carlos dizia que havia uma “monarquia sem monárquicos” (Ramos, et al., 2012, pp. 580,581). A 5 de Outubro de 1910 instaurou-se a república em Portugal e a monarquia caiu mais por sua fragilidade, do que por mérito do levantamento republicano (Cruz, et al., 2001, p. 493).

Passados quatro anos, a Europa vê-se perante uma guerra de tais proporções e de tal forma aterradora que ficou conhecida como a Grande Guerra. Portugal, com a sua jovem República, acaba em 1916 por declarar formalmente guerra à Alemanha. As razões que levaram Portugal a entrar na guerra prendem-se não só com o contexto internacional vivido na altura, mas também com a situação interna. Assim, Portugal terá entrado na guerra para não perder as colónias ameaçadas pela Alemanha e pela questão europeia-peninsular, a fim de obter prestígio internacional e assento no concerto das nações, garantindo a sua soberania perante a ameaça de anexação por parte da Espanha. Internamente interessava garantir a legitimação e consolidação da República e do partido que levou Portugal para a Grande Guerra (Teixeira, et al., 2004, pp. 17-22).

No sentido de garantir as colónias, logo em 1914, são enviados dois contingentes, um para Angola e outro para Moçambique. No total, os efetivos para o teatro africano terão rondado os 34600 homens da Metrópole e 19500 tropas indígenas (Teixeira, et al., 2004, p. 25). Em 1916 inicia-se o aprontamento e treino de uma Divisão para intervir no teatro europeu, ação que ficou conhecida como o “milagre de Tancos”. Em 1917 o Corpo Expedicionário Português, a força para o teatro europeu, contava com 55000 homens, nunca tendo estado, por motivos vários, na sua máxima capacidade. Este corpo combateu integrado no setor britânico, sob comando do XI Corpo de Exército inglês (Teixeira, et al., 2004, pp. 27,28).

Em dezembro de 1917, ainda durante a Grande Guerra, Sidónio Pais, um militar, visando acabar com a instabilidade reinante, lidera uma revolta que fez cair o governo republicano. Passado um ano, já terminada a Guerra, ele é assassinado, caindo o seu projeto de governação sem conseguir atingir os objetivos de reforçar a autoridade do



Estado e do governo. O seu assassinato facilitou o regresso à instabilidade política e à ingovernabilidade, aumentando a fragmentação partidária e a conflitualidade social. Foi este “estado de coisa” que criou as condições para a intervenção do Exército e a instauração da Ditadura Militar em 1926 (Cruz, et al., 2001, p. 501).

## (2) O desenvolvimento

Entre 1890 e 1911 a população portuguesa aumentou cerca de 17,7%, passando de cinco milhões para 5,9 milhões. Nestes 21 anos a população de Lisboa passou de 301 mil para 435 mil habitantes e o Porto de 146 mil para 194 mil habitantes. Em 1911 apenas outras três cidades tinham mais de 20 mil habitantes, Setúbal, Braga e Coimbra, não se verificando em Portugal, ao contrário do Norte da Europa, o surgimento de novos centros urbanos ligados à indústria (Ramos, 2006).

O desequilíbrio para com o resto da Europa não se verificava apenas na constituição de centros urbanos. Analisando a tabela 1, apresentada por Teixeira, vemos que de 1890 a 1911 não existem alterações consideráveis na distribuição da população por atividade económica (maioritariamente no setor primário).

Tabela nº 1 – Estrutura de ocupação da população por atividade económica, em percentagem.

Fonte: Autor 2014, adaptado de F. Marques da Silva, *O Povoamento da Metrópole através dos Censos*, Lisboa, 1971, p. 16 in (Teixeira, 1992, p. 86)

<b>Atividade Económica</b>	<b>1890</b>	<b>1900</b>	<b>1911</b>	<b>1920</b>
Agricultura e pescas	61,7	62,2	57,4	n.d.
Minas	0,2	0,2	0,4	n.d.
Indústria e manufatura*	17,7	18,5	21,5	n.d.
Comércio, seguros e atividades bancárias	4,1	5,8	6,1	n.d.
Transportes e comunicações	2,1	2,7	3	n.d.
Serviços**	14,2	10,6	11,6	n.d.
*Inclui construção e obras públicas				
**Inclui funcionário públicos				

A principal razão para este atraso relativo no desenvolvimento industrial, prende-se com a falta dos recursos necessários para a indústria a vapor. Não obstante, existiam em Portugal modernas fábricas de fiação e tecelagem de algodão, assim como fábricas de conservas e de transformação de cortiça. Mas a falta de recursos é notória nas percentagens de matéria importada para a indústria: 45% para a do algodão e 55% para a metalúrgica. Ainda assim, a produção industrial portuguesa triplicou entre 1870 e 1914, denotando um crescimento de 2,5% a 2,8% ao ano. A construção do caminho-de-ferro implicou sempre a importação de locomotivas, acessórios e carvão (Ramos & Mattoso, 1994, p. 26).

Em Portugal a primeira linha de caminho de ferro, símbolo do desenvolvimento material do país (Bonifácio, et al., 2001, p. 452), foi inaugurada em 1856 e tinha 36 km.



Entre 1884 e 1900 a linha aumentou 671 km, passando dos 1685 para os 2356 km (Teixeira, 1992, p. 66). Mas viajar de comboio era muito demorado e custoso, por exemplo, a viagem de Lisboa a Bragança demoraria mais de um dia, por um preço a rondar os 10 mil reis, metade dum mês de ordenado de um funcionário inferior do estado (Ramos & Mattoso, 1994, p. 18).

Nos finais do Séc. XIX e inícios do Séc. XX, Portugal era um país em que a maior parte da população vivia da agricultura, concentrada em aldeias e pequenas vilas; Lisboa era comparativamente enorme, aparecendo destacada, mesmo do Porto, em termos populacionais. Portugal possuía uma linha de caminhos de ferro que, ainda em 1900, tinha uma utilização financeiramente pesada, o que dificultava o acesso à maioria da população.

### **(3) A educação**

Portugal após as Guerras Liberais procurou a alfabetização e educação da sua população. Em 1844 é promulgada uma lei que previa penas para os pais que descurassem a educação literária dos filhos. No entanto, ao isentar de castigo quem não tivesse acesso a uma escola num raio de dois quilómetros e meio da sua freguesia, a lei não poderia ser considerada como vinculativa, atendendo a que em 1849 apenas uma em cada quatro freguesias estava provida de escola (Ramos, 1988, p. 1102). Dado que no Portugal do Séc. XIX o principal agente de escolarização era o Estado, e a sua inércia ditou a não progressão da alfabetização; durante este período a educação não parecia ser prioridade para ninguém (Candeias, 1993, p. 603). Esta realidade é notória nas taxas de escolaridade e fez-se sentir até meados do Séc. XX. A taxa de escolaridade em Portugal em 1870 era de 13%, 22% em 1880 e 1890, 21% em 1900, 19% em 1910 e 14% em 1920, muito longe de países como os Estados Unidos da América que em 1870 tinha já uma taxa de escolaridade de 72%, subindo acima dos 80% a partir de 1880 e dos 90% a partir de 1890 (Candeias, 1993, p. 596).

Estávamos perante um país onde a grande maioria da população simplesmente não tinha acesso à educação. Portugal durante o Séc. XIX e inícios do Séc. XX foi-se separando do espaço geográfico e cultural de que faz naturalmente parte, tornando-se uma periferia da periferia, não conseguindo implementar na sua população o modo de cultura predominante da modernidade - a cultura escrita, surgindo longe das realidades da Europa Central, França e Alemanha, não sendo sequer agrupável com os países da Europa do Sul (Candeias, 2005, p. 484).

Todavia a distribuição do analfabetismo não era uniforme, como nota Ramos. Portugal no fim do Séc. XIX tinha um urbanismo caracterizado por vilas e pequenas



cidades. De facto, Lisboa e Porto (que constituíam os maiores centros urbanos) contavam com cerca de 9,4% da população do Continente. No entanto, as duas principais cidades albergavam 22,8% das pessoas que sabiam ler. O autor refere ainda que a alfabetização era superior nas freguesias urbanas que nas freguesias rurais (Ramos, 1988, p. 1072). As razões para esta assimetria não se prendem apenas pela acessibilidade às escolas nas freguesias, uma vez que o número de pessoas alfabetizadas não era proporcional ao número de escolas disponível (Ramos, 1988, p. 1105). Torna-se assim premente, para além da avaliação do parque escolar existente, avaliar a utilização que as populações lhe davam e daí retirar conclusões.

Como já vimos anteriormente, a legislação que obrigava os pais a enviarem os seus filhos à escola nunca chegou a ser cumprida - era necessário que estes pretendessem, ou conseguissem, que os seus filhos recebessem aulas. Neste período Portugal era um país onde mais de 60% da população trabalhava na agricultura e nas pescas. Esta era a importante franja da população que era obrigada de enviar os seus filhos às escolas.

Não seriam apenas as despesas envolvidas e a perda de mão-de-obra familiar, sustentáculo da economia camponesa, que impediam a ida à escola das pessoas. O costume de ensinar as crianças a ler simplesmente não existia e uma família apenas enviaria as suas crianças à escola caso visse nisso uma utilidade prática. Uma família em que todos os familiares fossem analfabetos, melhor dizendo, em que toda a comunidade fosse analfabeta, não veria necessidade de que os seus aprendessem a ler. Mais do que terem de ter capacidade para suportar as despesas da educação, teriam de estar interessados em fazê-lo (Ramos, 1988, p. 1078).

Esta simbiose, escolas/mudança de atitudes, demorou muito a ser implantada em Portugal, e não surgiram alterações consideráveis até à implementação do Estado Novo. Na última fase da Monarquia Liberal, de 1890 a 1911, a taxa de analfabetismo desceu cerca de seis pontos percentuais, tendo descido cerca de oito pontos de 1911 a 1930 (Candeias, 1993, p. 594).

#### **b. Caraterização histórica do Corpo/Serviço de Estado-Maior**

A expressão “Estado-Maior do Exército” (EME) foi empregue pela primeira vez, em Portugal, na Carta de Lei de 9 de julho de 1763; uma lei que visava regular a forma de processamento e pagamento dos soldos a um grupo de oficiais que aparece designado precisamente como EME. Eram esses oficiais: os Oficiais Gerais, os Inspectores Gerais, Deputados Assistentes dos Inspectores Gerais e o Quartel Mestre General (Sá Nogueira, 1969, p. 9). Esta designação, anterior à moderna instituição de Estado-Maior (EM) com



origens na Prússia (Carrilho, 1985, p. 135), não corresponde a um corpo com práticas e métodos, que só posteriormente seriam desenvolvidos, no entanto, estamos perante um grupo de oficiais que tinha, perante o Rei, as mais altas responsabilidades pelo Exército.

O Corpo de EM do Exército foi criado pelo decreto de 18 de Julho de 1834, sendo um organismo que já nada tinha em comum com o Estado-Maior General (Sá Nogueira, 1969, p. 14). No §um do Artigo (Artº) nono do referido decreto, lê-se que os oficiais gerais, pertencentes ao EM General, estavam destinados a ser empregues no comando dos EM (Exército, Engenharia e Artilharia) das Divisões e Brigadas, das Praças de 1ª Ordem e nas Inspeções das diferentes Armas do Exército. No §dois do mesmo Artº podemos ver que os oficiais desse Corpo do EME, constituído por oito oficiais superiores, 16 capitães e 16 tenentes, seriam empregues nos EM das Províncias, no das Divisões e Brigadas e em ajudantes de ordens dos generais. Verificamos assim, que este corpo já se encontrava destinado ao desempenho de funções de assessoria e apoio à decisão. É também neste decreto que no §dois do Artº12º, é determinado que possuiriam uma promoção distinta das outras Armas do Exército, sem prejuízo para o lugar que ocupavam anteriormente, facto que configura a criação de uma nova arma/serviço.

### **c. Formação dos oficiais de Estado-Maior**

A profissão militar entendida como tal, isto é, distinta, possuidora de perícia, responsabilidade e cooperativismo próprio (Huntington, 1981, p. 8), surge em 1808 na Prússia. Surge aqui o primeiro decreto do que viria ser seguido como a base e modelo para o profissionalismo militar (Huntington, 1981, p. 30). Até então, as Escolas Militares estavam desenhadas para ensinar aspetos técnicos ligados à utilização de Artilharia e à construção de fortificações, não possuindo grande nível educacional para a formação dos restantes oficiais (Huntington, 1981, p. 25). Em 1810 é fundada a *Kriegsakademie*<sup>3</sup>, em Berlim, cuja finalidade era o estudo da ciência da guerra. Nesta academia/escola estudavam-se Táticas, História Militar, Ciência de Armamento, assim como Matemática, Física e Química (Huntington, 1981, p. 48).

Em Portugal essa necessidade de modernizar o ensino militar é sentida por Sá da Bandeira<sup>4</sup> que, a 4 de janeiro de 1837, nas reformas por ele dirigidas, extingue o Real

---

<sup>3</sup> Literalmente a Academia da Guerra

<sup>4</sup> Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo (Marquês de Sá da Bandeira) (1795-1876), formou-se na Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho após o que se matriculou na Universidade de Coimbra nos cursos de Matemática e Filosofia. A constituição do segundo ministério setembrista foi da sua responsabilidade, assumindo a presidência e as pastas dos Negócios Estrangeiros e, interinamente, da Guerra. Deve salientar-se



Colégio dos Nobres e cria a Escola Politécnica (EP) na dependência do Ministério da Guerra<sup>5</sup>. Esta escola tinha como objetivo primeiro a “...«a preparação militar preparatória»...”, uma vez que se via como indispensável formar os futuros oficiais em “...*Sciências físicas e matemáticas para assim depois, poderem entrar no indispensável desenvolvimento do estudo da difícil ciência da guerra e suas vastíssimas aplicações*»...” (Barata, et al., 2004, pp. 425,426).

A 12 de janeiro de 1837 foi criada a Escola do Exército (EE), substituindo a Academia de Fortificação Artilharia e Desenho (Gaspar, 2009, p. 17). No seu programa de cursos foram mantidos os cursos de Engenharia Militar, Artilharia e, num curso comum, a Infantaria e Cavalaria, sendo criados dois novos cursos: um para oficiais de EM e outro para engenheiros civis (Barata, et al., 2004, p. 426).

Antecedendo em pouco mais de um mês a criação da EE, a cinco de dezembro 1836, é publicado o decreto que altera o curso de matemática na Universidade de Coimbra (UC), passando este “...a ser considerado como suficiente habilitação para os cursos e oficiais, onde fosse requerida a Carta de engenheiro Civil ou militar, assim como para os postos das diferentes armas do EXÉRCITO...” (Gaspar, 2009, p. 19). Vemos que desde a origem da EE, não era exclusivo da EP a formação preparatória exigida aos candidatos aos cursos que nela frequentavam, nomeadamente aos cursos de Engenharia, Artilharia e EM. Na reorganização escolar de 1863 pode ler-se, no §dois do Art. 26º do capítulo IV da Ordem do Exército (OE), a indicação para a criação de um regulamento que “...determinará as disciplinas dos cursos preparatórios das armas especiaes ou do corpo do estado maior que poderão ser estudadas na academia polytechnica do Porto.” (OE, 1863 nº54, p. 7). Com esta reorganização ficou também incluída a Academia Politécnica do Porto (APP) como escola preparatória para o curso de EM, ficando o sistema de classificação regulado em 1873.

Esta realidade manteve-se até 1890, ano em que o curso de EM deixou de ser um curso de formação de base da EE para o Serviço de Estado-Maior (SEM/EE) e passou a ser um curso complementar, abrindo assim o Corpo de EM a todas as Armas (Carrilho, 1985, p. 136).

---

“o seu interesse constante pelos avanços científicos e técnicos aliados à noção de uma religião natural baseada na natureza e no instinto humano.” (AHM, 2006, pp. 3,4).

<sup>5</sup> Alguns anos antes a Universidade de Coimbra, única universidade em Portugal até 1911, tinha-se oposto à criação de ensino Universitário em Lisboa e no Porto. O marquês Sá da Bandeira, adepto da introdução do ensino politécnico em Portugal viu na formação científica dos futuros oficiais “...«o único meio de escapar à acção absorvente da Universidade de Coimbra»,...” (Barata, et al., 2004, p. 426).



Sendo o nosso grupo constituído por oficiais formados antes e depois de 1890, possuí portanto, oficiais oriundos do SEM/EE e oficiais oriundos das Armas. Analisaremos que alterações existiram quando passou de curso de base para curso complementar, não apenas na formulação do curso, mas também nas condições necessárias para a ele se concorrer.

### **(1) Curso de Serviço de Estado-Maior da Escola do Exército**

O elemento do nosso grupo que entrou mais cedo para a EE foi Abel Acácio de Almeida Botelho, que ingressou em 1876 (LAEE, s.d.), estando sujeito ao determinado pela reorganização da EE de 1863, que estipulou os requisitos necessários para concorrer à EE. Assim pode ler-se no Artº 27 do nº 54 da OE de 1863 que, para qualquer dos cursos, o pretendente necessitava de (OE, 1863 nº54, p. 8):

- Ser português, natural ou naturalizado;
- Ser isento de lesão ou defeito físico que o impossibilitasse para a profissão militar;
- Ter praça em qualquer corpo do exército;
- Ter bom comportamento devidamente comprovado;
- Possuir o curso do Real Colégio Militar (CM) ou estar habilitado com: Gramática e Língua Portuguesa, Gramática e Língua Francesa, Desenho Linear, História e Geografia, Matemática Elementar segundo os programas dos liceus de primeira classe e Princípios de Química, Física e Introdução à História Natural de acordo com o mesmo programa.
- Efetuar exames de admissão nas disciplinas de Matemática Elementar, Princípios de Física e Química e Introdução à História Natural, bastando para as restantes disciplinas a certidão de aprovação de qualquer liceu de primeira classe. Disciplinas sem certidão seriam submetidas a exame, Artº 30 (OE, 1863 nº54, p. 9).

Para serem admitidos para o SEM/EE e Armas Especiais (Artilharia e Engenharia), para além de preencher as anteriores condições, os oficiais necessitavam ainda de possuir as habilitações preparatórias em Gramática, Tradução Latina e Filosofia Racional e Moral. Os militares poderiam ter até 22 anos aquando da sua admissão, enquanto para Infantaria e Cavalaria poderiam ter até 25, Artº 29º (OE, 1863 nº54, p. 9). Os alunos não poderiam demorar mais de dois anos para além do tempo estipulado para concluírem os cursos preparatórios e de aplicação e, caso não os tivessem completado nesse tempo, perderiam as vantagens concedidas relativamente aos que com eles se candidataram, sendo colocados





nas Armas de Infantaria e Cavalaria caso tivessem obtido as habilitações próprias dessas Armas e se não completassem nenhum dos cursos recolheriam aos Corpos onde tinham praça, tal como disposto nos Art<sup>os</sup> 37<sup>o</sup>, 38<sup>o</sup> e 39<sup>o</sup> (OE, 1863 n<sup>o</sup>54, p. 10).

O curso preparatório para o SEM/EE tinha a duração de três anos sendo os programas fixados pelo Governo, Art<sup>o</sup> terceiro do N<sup>o</sup> 54 (OE, 1863 n<sup>o</sup>54, p. 2). Finda esta preparação o aluno seguia o curso na EE, tendo este a duração de dois anos, Art<sup>o</sup> quinto (OE, 1863 n<sup>o</sup>54, p. 4), contando com as seguintes disciplinas conforme o Art<sup>o</sup> quarto (OE, 1863 n<sup>o</sup>54, p. 2): Arte e História Militar (curso completo), Artilharia (curso elementar), Fortificação (curso elementar), Geodesia Prática e Topografia (curso completo), Administração, Legislação Militar e Noções do Direito das Gentes, Comunicações Militares, Desenho e Fotografia e Língua Inglesa.

Após concluir o curso os alunos seriam admitidos a um exame especial de habilitação às carreiras. Este exame versava sobre as doutrinas, práticas e exercícios mais importantes do curso. A nota classificava os alunos numericamente, determinando assim a sua antiguidade para ingresso nas referidas carreiras. Caso os alunos não atingissem o mérito julgado necessário, teriam um ano para repetir o referido exame, se nessa repetição voltassem a ser rejeitados, iriam servir na Infantaria ou na Cavalaria, Art<sup>o</sup> 40 (OE, 1863 n<sup>o</sup>54, p. 10).

Após a obtenção da carta geral de habilitações eram promovidos a alferes efetivos, indo servir no corpo de Infantaria ou Cavalaria, sendo promovidos ao posto imediato, tenente, após dois anos de “bom serviço efetivo”, § um do Art<sup>o</sup> 45<sup>o</sup> (OE, 1863 n<sup>o</sup>54, p. 12).

## **(2) Curso de Estado-Maior (complementar)**

Como vimos previamente, a reforma escolar de 1890 alterou a formação dos oficiais de EM, deixando este de ser um curso de base da EE e passando a ser um curso complementar para as Armas. Passou também a designar-se como Curso Superior de Guerra, tendo a duração de dois anos letivos (Gaspar, 2009). Isto implicava que os oficiais já teriam preenchido as condições necessárias para os outros cursos. Para concorrer aos cursos de Infantaria e Cavalaria os candidatos tinham de, Art<sup>o</sup> 20<sup>o</sup> (OE, 1890, p. 516):

- Ter praça em qualquer corpo do exército;
- Ter bom comportamento;
- Ter a aprovação no exame de Inglês e Alemão nos liceus;
- Ter entre 16 e 20 anos;
- Possuir o Curso do Real CM ou a aprovação do liceu em Ciências.





Para serem admitidos à matrícula do curso de Artilharia, pelo preconizado no Artº 21º da OE, 1890, p.516-517, o candidato devia ter menos de 25 anos e aproveitamento na EP, na APP ou na UC num conjunto de 11 disciplinas, todas elas relacionadas com as ciências exatas, entre as quais Geometria Esférica, Cálculo Diferencial Integral, Cinemática Aplicada, Geometrias Analítica e Descritiva, Desenho, Química Inorgânica e Princípios de Metalurgia. Teriam também de ter aproveitamento em Economia Política e Direito Administrativo.

O oficial que desejasse concorrer ao Curso Superior de Guerra, designação do CEM à data, para além de necessitar de ter dois anos de bom e efetivo serviço como oficial “*nas tropas activas das suas armas*”, Nº um do Artº 24 (OE, 1890, p. 517), teria de ter aprovação em todas as disciplinas da Escola Preparatória necessárias para a matrícula de Engenharia Militar, o que, para além das disciplinas exigidas para o curso de Artilharia, implicava aproveitamento, de acordo com o Artº 22º (OE, 1890 p.517), em Geometria Descritiva (segunda parte), Astronomia, Botânica e Mineralogia e Geologia.

Para além destas condições, é também estipulado um critério etário: os oficiais que se candidatavam ao curso teriam de ter menos de 29 anos se fossem de Engenharia, 28 se fossem de Artilharia e menos de 26 se fossem de Infantaria ou Cavalaria, assim como ter um atestado de aptidão para montar a cavalo passado pela Escola Prática de Cavalaria. De dois em dois anos estavam previstas as seguintes vagas: um oficial de Engenharia, dois de Artilharia, dois de Cavalaria e oito de Infantaria. Se o número de candidatos fosse superior ao número de vagas a admissão era feita de forma documental perante um júri e caso uma das Armas não preenchesse a totalidade das suas vagas, essas não poderiam ser preenchidas por oficiais de outras Armas.

Uma vez na EE, o CEM teria a duração de dois anos estando preconizado que teriam de frequentar oito cadeiras completas, a Primeira, a Segunda, a Terceira, a Quarta, a 10ª, a 18ª e a 19ª. Também teriam de frequentar partes de outras oito cadeiras, como por exemplo, da Quinta cadeira frequentariam as disciplinas de Fortificação de Campanha e Improvisada, da Sétima cadeira a disciplina de Balística Externa e suas Aplicações ao Tiro de Bocas-de-fogo, da Nona cadeira a disciplina de Aplicações da Fotografia aos Usos da Guerra e da 17ª cadeira as disciplinas de Caminhos de Ferro (parte descritiva) e Exploração Militar (Gaspar, 2009, p. 294). Estavam dispensados da frequência de disciplinas ou cadeiras os oficiais que já tivessem obtido aprovação nas mesmas.

De acordo com o §dois do Artº28º (OE, 1890, pp. 517,518), os oficiais de Infantaria e Cavalaria tinham um ano de tolerância para terminarem a Escola Preparatória.



Os oficiais que obtinham a carta do Curso Superior de Guerra, continuavam a pertencer à sua arma de origem devendo fazer um tirocínio de um ano, constituído por dois períodos de seis meses em cada uma das Armas à qual não pertenciam, estando os oficiais de Engenharia dispensados do serviço na arma de Infantaria. Após completarem o tirocínio eram promovidos a capitães das suas Armas, ao perfazerem quatro anos de tenente ou antes, caso lhes competisse por escala, nº quarto do Artº32º (OE, 1890, p. 518).

O primeiro CEM complementar realizou-se em 1895, já com a designação de Curso de Estado-Maior, mas nos moldes anteriormente apresentados, tendo sido frequentado por três oficiais de Artilharia: João Pereira Bastos, Amílcar de Castro Abreu e Mota e Aníbal Augusto Ramos de Miranda (AHM, 1913, p. 21).

#### **d. Funções do Serviço de Estado-Maior**

O Corpo de EM, desde a sua génese, considerando a sua formação em 1834, sempre desempenhou um importante papel no seio do Exército, estando as suas funções definidas em termos legislativos. O Corpo de EM foi extinto em 1899, com a adoção da designação de Serviço de EM na Organização do Exército desse ano (Sá Nogueira, 1969, p. 21).

Com a Implantação da República foi pretendido reformar o Exército e a 26 de Maio de 1911 a Secretaria de Guerra publicou a OE Nº 11 a fim de operacionalizar essa reforma. No que concerne ao Serviço de EM, determinou, entre outros parâmetros, o que era pretendido do Serviço, quantos oficiais deveria ter e em traços gerais como deveria funcionar. Passaremos de seguida a elucidar os pontos que consideramos mais relevantes para o enquadramento do nosso trabalho.

Em termos da Organização Geral do Exército diz esta OE, que o Exército metropolitano compreende, “1º- *Os officiaes-generaes*; 2º- *O Serviço de estado maior*; 3º- *as diversas armas e serviços...*” (OE, 1911, p. 580), vemos que o Serviço de EM surge distinguido das restantes armas e apenas precedido pelos oficiais generais, revelador da hierarquia que ocupava em termos formais.

Relativamente às competências que cabiam ao Serviço, pode ler-se no Cap. III Artº45 p.585, que estas eram: os estudos e trabalhos da primeira Direção e da segunda Repartição da segunda Direção do Estado-Maior do Exército (EME).

A primeira Direção do EME compreendia seis repartições, a biblioteca do EME, a secção de cartografia militar com o gabinete de fotográfico e o arquivo histórico. A esta Direção competia, entre outras missões, as relações com os adidos militares e com oficiais em comissões de estudo no estrangeiro, relações com as inspeções das armas no que dizia



respeito com a preparação da guerra (exercícios) e instrução, elaboração de projetos de operações, estudos sobre a importância estratégica das vias de comunicação, determinação dos pontos estratégicos onde devem ser construídas fortificações, estudos relativamente às melhorias a introduzir no exército da metrópole, estudos sobre convenções internacionais leis e usos da guerra, elaborar o plano geral de mobilização, preparação de exercícios sobre a carta para instrução dos oficiais do Serviço de EM e de todo o EME (OE, 1911, pp. 673-675).

À segunda Repartição da segunda Direção competia: os estudos das linhas férreas do ponto de vista de transporte militar, estudos relativos à organização geral e proteção das linhas de comunicação do Exército, elaboração e revisão das instruções dos serviço de segunda linha (apoio logístico) e do serviço militar dos caminhos de ferro, estudo crítico sobre os regulamentos e instruções em vigor no exércitos estrangeiros em termos dos serviços já descritos e elaboração e coordenação dos trabalhos de estatística geral que fossem necessários para os estudos do EME (OE, 1911, p. 683).

O quadro do Serviço de EM era composto por seis coronéis, 12 tenentes-coronéis e 30 capitães, devendo eles prestar serviço no EME, no quartéis gerais das Divisões, da Brigada de Cavalaria e no Campo Entrincheirado de Lisboa. Caso desempenhassem funções que não fossem privativas do quadro do Serviço de EM, ficariam em supranumerário ou regressariam à sua Arma (os oriundos do CEM). Todos os oficiais que tinham o CEM tinham direito a cavalo, desde que estivessem dependentes do Ministério da Guerra. Os oficiais que eram oriundos do SEM/EE, teriam de exercer , durante um ano, o comando de um Regimento de Infantaria ou Cavalaria, continuando a pertencer ao Serviço de EM. Os tenentes-coronéis das Armas que pertenciam ao Serviço de EM, ao serem promovidos a coronéis tornavam ao seu quadro de origem, apenas regressavam ao Serviço, como coronéis, após efetuarem o comando de um Regimento, podendo este não ser da sua Arma.



## 2. Dados dos oficiais do Serviço de Estado-Maior

Neste capítulo iremos descrever os dados recolhidos por forma a serem analisados posteriormente. Retirámos da Listagem dos Alunos da Academia de Fortificações, Escola do Exército (LAEE) a escola preparatória frequentada, a sua naturalidade, curso de origem e lugar de curso. Dos 74 oficiais conseguimos 64 das folhas de matrícula (FM) sobre os oficiais do Serviço de Estado-Maior da Grande Guerra, daqui obtivemos o seu estado civil, número de filhos, posto alcançado e funções desempenhadas ao longo da carreira. Não dispondo da FM de José Augusto Alves Roçadas, reconstituímos a sua carreira através do “*Dicionário de História de Portugal*” (Serrão, 1968, pp. 653,654), do “*O Grande Livro dos Portugueses*” (Oliveira & Rego, 1990, p. 441) e do portal da história (cuja fonte é Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 25, págs. 828-829) (Amaral, 2012). Destas fontes bibliográficas conseguimos saber a sua naturalidade, datas de promoção e principais funções desempenhadas. Do Projeto de Genealogia em Registos Militares (AHM, 2011), retirámos do os dados referentes à sua família e filhos.

Neste capítulo não se pretende analisar os dados, mas sim expô-los para análise, contabilizando-os, agrupando-os e estabelecendo percentagens, apresentado os resultados com a menor interpretação possível e sem qualquer fator ordinal associado.

### a. Escolas preparatórias

Quanto à formação necessária para a frequência do curso do Serviço de Estado Maior (SEM/EE) e do Curso de Estado Maior (CEM), a maioria, 56 oficiais, frequentou a Escola Politécnica (EP), 12 a Universidade de Coimbra e cinco a Academia Politécnica do Porto. Três dos oficiais, oriundos do Real Colégio Militar (CM), de acordo com o LAEE, não frequentaram nenhuma escola preparatória; destes, da análise das FM, apenas Ilídio Marinho Falcão de Castro Nazareth, nunca se terá matriculado em nenhuma escola. Uma vez que esteve um ano e três meses na Guarda Municipal de Lisboa, antes de frequentar o CEM, colocamos a hipótese de que tenha feito a sua formação complementar nesse período, não ficando registada nos seus documentos. Não podemos, contudo, indicar em que estabelecimento.

Tabela nº 2 – Escolas preparatórias  
Fonte: Autor 2014

<b>Escola Preparatória</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
Escola Politécnica (Lisboa)	56	76,71
Universidade de Coimbra	12	16,44
Academia Politécnica (Porto)	5	6,85



## b. Naturalidade

Relativamente às naturalidades dos oficiais do Serviço de EM, o distrito Lisboa<sup>6</sup>, de onde eram originários 23 dos 74 oficiais, surge como o distrito de maior proveniência, seguido de Santarém com nove e Vila Real, Porto e Faro, todos com cinco. Quatro eram oriundos de Viseu, três de Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra e Madeira, dois de Portalegre, Beja e Açores e um de Braga, Bragança, Guarda, Leiria. É de realçar a existência de um oficial da província Ultramarina da Índia, mais especificamente de Goa. De salientar que nenhum deles era proveniente de Castelo Branco, Évora, Guiné/Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique ou Macau.

Tabela nº 3 – Naturalidade dos elementos do SEM 1914-1918.  
Fonte: Autor 2014

<b>Distritos</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
Viana do Castelo	3	4,05
Braga	1	1,35
Porto	5	6,76
Aveiro	3	4,05
Coimbra	3	4,05
Vila Real	5	6,76
Bragança	1	1,35
Viseu	4	5,41
Guarda	1	1,35
Castelo Branco		0,00
Leiria	1	1,35
Santarém	9	12,16
Lisboa	23	31,08
Portalegre	2	2,70
Évora		0,00
Beja	2	2,70
Faro	5	6,76
Madeira	3	4,05
Açores	2	2,70
Guiné/Cabo Verde		0,00
S. Tomé e Príncipe		0,00
Angola		0,00
Moçambique		0,00
Índia	1	1,35
Macau		0,00

<sup>6</sup> Distrito de Lisboa compreendia em 1900, além do conselho de Lisboa outros nos quais se incluía o de Alenquer (Carrilho, 1985, p. 126), de onde era originário um dos oficiais



### c. Curso de origem e respetivo lugar de curso

Os últimos elementos do nosso grupo a entrar para o SEM/EE foram: José Mendes Ribeiro Norton de Matos, António Nogueira Mimôso Guerra e Eduardo Augusto Marques em 1888, tendo o primeiro CEM complementar sido realizado em 1895. Assim no Serviço de Estado-Maior (EM) em 1914-1918, 23 oficiais ainda eram oriundos do curso do SEM/EE, 29 de Infantaria, 16 de Artilharia e seis de Cavalaria.

Tabela nº 4 – Armas de origem  
Fonte: Autor 2014

Armas	#	%
Serviço do Estado Maior	23	31,08
Infantaria	29	39,19
Artilharia	16	21,62
Cavalaria	6	8,11

Quanto à sua posição no curso geral à saída da EE, é referente aos 51 oficiais que não pertenciam ao SEM/EE. Dividimos os 27 cursos de origem em terços por forma a tornar explícita a relação entre a antiguidade relativa no curso e a frequência do CEM. De referir que o curso mais pequeno tinha apenas dois elementos, o Curso de Artilharia de 1899 e o maior era o de Infantaria de 1901 com 76 elementos. A mediana dos 27 cursos analisados é de 54 homens/curso, existindo oito cursos com mais de 60 elementos.

Tabela nº 5 – Lugares relativos de curso  
Fonte: Autor 2014

Terço	#	%
1º Terço	32	62,75
2º Terço	14	27,45
3º Terço	5	9,80

### d. Estado civil e número de filhos

Da nossa análise retirámos que 52 dos oficiais eram casados, seis solteiros e em sete FM (por faltar a informação) não conseguimos averiguar o estado civil ou o número de filhos. No que concerne ao número de filhos, a mediana é de um filho (mínimo zero, máximo nove) por cada oficial dos 60 em que foi possível analisar esta informação. De referir que 22 dos elementos não tinham filhos e seis tinham mais de cinco filhos. Assumimos que era obrigatória a declaração de filhos nascidos e que os oficiais a cumpriam. Como exemplo desta obrigatoriedade, assinalamos António Cândido de



Gouveia de Castilho Nobre que era solteiro e declarou um filho e José Júlio Forbes Costa que declarou uma filha 19 anos antes de se casar.

Tabela nº 6 – Estado Civil

Fonte: Autor 2014

<b>Estado civil</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
Casados	53	89,8
Solteiros	6	10,2
Dado inexistente na FM	7	
FM não disponível	8	

#### **e. Posto máximo alcançado**

Do estudo realizado, retirámos que 30 atingiram o posto de general<sup>7</sup>, 27 o de coronel, três o de tenente-coronel, um o de major e um o de capitão, não tendo sido possível apurar o posto de três deles, nem reunir dados que permitissem levantar hipóteses para justificar o porquê de cinco dos elementos não chegarem a coronel.

Tabela nº 7 – Posto máximo alcançado

Fonte: Autor 2014

<b>Postos</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
General	30	48,39
Coronel	27	43,55
Tenente-Coronel	3	4,84
Major	1	1,61
Capitão	1	1,61
Não apurado	3	
FM não disponível	9	

#### **f. O percurso profissional**

As funções desempenhadas pelos oficiais do Serviço de EM foram analisadas, não apenas no período 1914-1918, mas ao longo de toda a sua carreira, por forma a conseguirmos visualizar o que era solicitado a um oficial oriundo do SEM/EE, ou com CEM, durante a sua vida militar.

Para melhor ilustrar a tipologia da vida profissional dos oficiais deste Serviço passaremos a descrever uma hipotética carreira, ilustrando de seguida as diferenças que constatámos entre quem frequentou o SEM/EE e quem fez posteriormente o CEM como curso complementar. Na escolha das funções desempenhadas pretendemos ser o mais

---

<sup>7</sup> Consideramos como generais, todos os postos do quadro (designação à época), incluindo brigadeiros e mesmo generais na reserva.



abrangentes possível, optando por mencionar as funções/cargos que detetámos como mais usuais na nossa pesquisa, referindo situações excepcionais com a menção ao nome do oficial, por forma a fazer notar que deste grupo faziam parte pessoas que ocupavam cargos de destaque na sociedade da época.

No concerne às idades apresentadas, são fruto das medianas obtidas das idades com que atingiam as respetivas promoções. Não conseguimos apurar todas as datas de promoção dos 74 elementos, tendo apurado dados relativos à idade de 56 oficiais nas promoções a alferes e tenente, 53 na promoção a capitão, 55 na promoção a major, 50 na promoção a tenente-coronel, 49 na promoção a coronel e 20 na promoção a general.

Considerando que o acesso ao Serviço de EM foi diferente entre os elementos do nosso grupo, o início de carreira dos oficiais era também diferenciado. Por forma a sintetizar e melhor expor a informação recolhida, descrevemos inicialmente uma carreira hipotética para os oficiais do SEM/EE. A partir de capitão as possíveis funções desempenhadas aplicam-se de forma transversal a todos os elementos do nosso grupo. Relativamente às medianas de idades, esta primeira descrição diz respeito apenas aos oficiais do SEM/EE. Num segundo ponto iremos apresentar as diferenças detetadas entre os dois subgrupos.

Para além da análise dos dados presentes nas FM, utilizámos, por forma a melhor contextualizar estes percursos, um artigo em homenagem ao general Garcia Rosado escrito pelo general Ferreira Martins, também ele elemento do nosso grupo e contemporâneo destes oficiais.

### **(1) A hipotética carreira**

Nos finais do Séc. XIX o jovem que desejasse ser oficial do Exército, após terminar o Real Colégio Militar<sup>8</sup> (CM) ou outro qualquer liceu, teria de assentar praça num qualquer corpo do Exército antes de poder concorrer à EE (OE, 1863 nº54, p. 8). O nosso pretendente, com 16 anos e meio<sup>9</sup>, assentava praça numa unidade do Exército onde, após servir com bom comportamento e possuindo as habilitações liceais já descritas, se matricularia, por três anos (OE, 1863 nº54, p. 2), na EP, AP ou UC para os estudos

---

<sup>8</sup> Com a implantação da República passou a designar-se Colégio Militar, será esta designação que iremos utilizar doravante independentemente da nomeação do oficial ter ocorrido antes ou depois da queda da Monarquia.

<sup>9</sup> Mediana de idades de assentamento de praça, o mais novo foi António José Garcia Guerreiro, com 14 anos e 5 meses, que ingressou em 1872, sendo o mais velho José Mendes Ribeiro Norton de Matos que ingressou em 1887 com 20 anos e 8 meses.





preparatórios. Adquirindo as habilitações necessárias e agora com cerca de 20 anos ingressava no curso de SEM/EE.

Volvidos dois anos, terminado o curso do SEM/EE, o jovem alferes, agora com 23 anos<sup>10</sup>, ingressava numa unidade de Infantaria ou Cavalaria. Nesta unidade, ao fim do tirocínio de dois anos, com 25 anos, era promovido a tenente<sup>11</sup>. A fim de cumprir a “condição essencial para ingressar no Corpo de EM” (Martins, 1937, p. 616), o tenente iria estagiar durante um ano numa unidade de Artilharia e noutra de Infantaria ou Cavalaria, alternando esta última com a respetiva arma de colocação em alferes.

O oficial do SEM/EE serviria nestas unidades até ter colocação, consoante vagatura, no quadro do Corpo de EM, onde entrava como tenente, sendo aos 29 anos promovido a capitão<sup>12</sup>. Enquanto membro do Corpo de EM desempenharia diversas missões, nomeadamente levantamentos de terreno, trabalhos de campo para elaboração de cartas itinerárias, reconhecimentos militares, como por exemplo o pormenorizado reconhecimento da fronteira a sul do Tejo<sup>13</sup> que tinha como finalidade “preparar os estudos necessários ao seu guarnecimento de observação e proteção à mobilização do nosso Exército.” (Martins, 1937, p. 617). O capitão poderia também ser nomeado vogal dos júris para exames especiais de habilitações dos alunos da EE, nomeado adjunto de uma das secções do Corpo/Serviço do EM, nomeado para funções num dos EM das Brigadas e pertenceria a comissões encarregues atingir diversos objetivos, como por exemplo o de elaborar um projeto duma biblioteca central militar, o de aperfeiçoar<sup>14</sup> o comando do Corpo/Serviço de EM, de alterar a legislação vigente em regime transitório na EE, de reorganizar o Serviço de Administração Militar, a organização das nossas forças ultramarinas ou a incorporação de tropas metropolitanas no serviço colonial (estas duas ultimas após ter servido nas colónias). Sendo já um capitão com experiência adquirida no Corpo/Serviço de EM, poderia também ser nomeado lente na EE, no CM, no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar (IPE)<sup>15</sup> ou na Escola Central de

---

<sup>10</sup> Os mais novos foram Tomáz António Garcia Rosado e João Montês Champalimaud, alferes em 1886 e 1890 com 22 anos. O mais velho foi Alfredo Carlos Pimentel May alferes com 29 anos em 1888.

<sup>11</sup> Os mais novos e o mais velho são os mesmos indivíduos do posto de alferes, tendo os dois primeiros 24 e o mais velho 31 anos.

<sup>12</sup> Os mais novos foram Rosado Abel Acácio de Almeida Botelho e Tomáz António Garcia, em 1881 e 1889, respetivamente, com 25 anos, sendo o mais velho Luís António Carvalho Martins em 1899, com 33 anos.

<sup>13</sup> Caso de Tomáz António Garcia Rosado.

<sup>14</sup> Por exemplo a comissão para o “aperfeiçoamento” do Serviço do EM (FM Francisco Correia Mendes) (AHM, s.d., p. 1).

<sup>15</sup> Fundado em 1911 (IPE, 2014).



Oficiais<sup>16</sup> (ECO), ou ser nomeado para uma comissão de serviço noutra ministério nomeadamente o das Obras Públicas, Comércio e Indústria, ou o da Marinha e Ultramar, sendo esta última a nomeação mais usual, pois era quem tutelava as comissões dos oficiais nas colónias.

Para as colónias, o nosso capitão, indo integrado numa força, seria membro do EM dessa força, sendo um dos adjuntos. Aí poderia servir como chefe de Estado-Maior numa das províncias caso a força se dividisse. Nomeado para serviço nas colónias, poderia desempenhar uma multiplicidade de funções, militares e civis, desde comandante de uma companhia indígena, comandante de destacamento, vogal de uma comissão municipal, chefe do gabinete militar de uma das províncias, comissário do Governo para delimitar fronteiras entre uma província e outro estado, Secretário Geral do Governo de um dos territórios, chefe de equipas de levantamento topográfico e de agrimensura, assim como desempenhar funções administrativas tais como Administrador Interino das matas de Goa ou ser encarregado provisoriamente da Direção das Obras Públicas desse estado<sup>17</sup>. Um dos nossos oficiais foi eleito deputado entre 1906/1907<sup>18</sup> regressando para o Serviço de EM em 1908.

Aos 42 anos, após cerca de 12 anos<sup>19</sup> de capitão, era promovido a major. Neste posto era expectável que o nosso oficial continuasse a integrar comissões com objetivos de desenvolver ou melhorar capacidades e procedimentos no Exército, desde o próprio Serviço de EM, até à revisão do código de justiça militar. Poderia ser nomeado lente ou regente, mediante candidatura e concurso, de uma das cadeiras da EE, CM, IPE ou ECO, ser nomeado membro do júri de avaliação para os exames necessários à promoção de capitão ao posto de major das diversas Armas, do corpo de Administração Militar e do Corpo/Serviço de EM. Seria Comandante de Batalhão ou Grupo<sup>20</sup> em Regimentos, Chefe de EM de uma das divisões do Exército ou Chefe de repartição de uma das direções do EME. Os maiores do SEM/EE eram também chamados para prestar serviço no Ministério da Guerra ou no Ministério da Marinha e das Colónias, aqui, caso colocado numa das

---

<sup>16</sup> Fundada em 1914 foi a antecessora do Instituto de Altos Estudos Militares e do atual Instituto de Estudos Superiores Militares,

<sup>17</sup> Exemplo específico de José Mendes Ribeiro Norton de Matos (AHM, s.d., pp. 2,3), mas outros, como capitães, desempenharam cargos administrativos nas colónias.

<sup>18</sup> Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho (AHM, s.d., p. 2).

<sup>19</sup> O elemento mais novo a ser promovido a major foi Tomás António Garcia Rosado em 1899 com 35 anos de idade e dez anos de capitão, o elemento mais velho a ser promovido foi Luís António Carvalho Martins em 1911 com 45 anos e 12 anos de posto. O tempo mínimo no posto de capitão foi de cinco anos, Alfredo Carlos Pimentel May, o tempo máximo neste posto que foi de 14 anos (três elementos).

<sup>20</sup> Batalhão e Grupo são a designação de uma unidade formada por um conjunto de Companhias, estas são comandadas por capitães, isto significa que nosso oficial, sendo oriundo do SEM/EE, seria o Comandante tático de oficiais da arma de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia.



Colónias poderia ser nomeado chefe do gabinete militar ou até Governador de um território, distrito ou região, inclusive poderia ser nomeado governador geral de uma Província<sup>21</sup>. Caso integrado numa força expedicionária às colónias seria nomeado Chefe de Estado-Maior.

Com 45 anos era promovido a tenente-coronel<sup>22</sup> e neste posto continuaria nomeado para os júris de promoção e para as já mencionadas comissões de estudo, seria Chefe de repartição de umas das divisões do EM, lente ou regente de cadeiras na EE, CM, IPE ou ECO, assim como nomeado diretor do IPE. Poderia também ser nomeado comandante de uma força militar às províncias, ou desempenhar as funções de Comandante Militar de uma região ou território ultramarino, ou diretor das Obras Públicas de uma província<sup>23</sup>. Podia ser nomeado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros como delegado técnico, ou caso algum cataclismo atingisse o país, o nosso tenente-coronel poderia ser chamado a comandar uma força de socorro e de apoio a uma população<sup>24</sup> vítima de um desastre, ou diretor do serviço cartográfico e gabinete fotográfico do Estado-Maior do Exército<sup>25</sup>.

Aos 51 anos seria promovido a coronel<sup>26</sup>. Neste posto comandaria um Regimento de Infantaria, Cavalaria ou Artilharia para os oficiais do CEM, ou no caso de ser oriundo do SEM/EE apenas Regimentos de Infantaria ou Cavalaria. Seria nomeado chefe de uma das repartições do Estado-Maior do Exército ou do Ministério da Guerra, ser Diretor da ECO ou do CEM, regente de cadeiras na EE, CM, IPE ou ECO, nomeado vogal ou até presidente de uma das diversas comissões para organização e melhoramentos do Exército, vogal dos júris de promoção a capitão e major das diversas Armas ou ainda ser Chefe de Estado-Maior do Campo Entrincheirado de Lisboa. Nesta fase da sua carreira o nosso oficial podia ser nomeado para adido militar, ficando dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Aqui o nosso oficial, ou se encontrava no terço superior da escala de coronéis e reunia as condições necessárias para a promoção a general, ou passaria à situação de reserva aos 62 anos.

---

<sup>21</sup> Tomáz António Garcia Rosado foi Governador de Moçambique em 1904 (AHM, s.d., p. 4).

<sup>22</sup> O mais novo foi José Augusto Alves Roçadas com 42 anos, promovido por distinção em 1908 (Serrão, 1968, p. 653) e o mais velho foi António Nogueira Mimôso Guerra, em 1917, com 50 anos.

<sup>23</sup> João Augusto Crispiano Soares, diretor das Obras Públicas de Angola em 1919 e em 1924 encarregado do Governo Geral de Angola.

<sup>24</sup> António Maria de Matos Cordeiro foi nomeado em 1909 comandante da força de socorro a Salvaterra e Benavente, após o que foi considerado o mais devastador sismo em Portugal Continental no Séc. XX. (Benavente, 2014)

<sup>25</sup> Carlos Maria Pereira dos Santos em 1925 (AHM, s.d., p. 3)

<sup>26</sup> O mais novo foi Tomáz António Garcia Rosado com 47 anos, em 1911 e o mais velho foi Manuel Maria de Oliveira Ramos, em 1919, com 57 anos



Caso fosse promovido a general, esta promoção ocorreria quando atingisse os 60 anos<sup>27</sup>. Com este posto poderia ser nomeado como vogal do júri para avaliar as provas especiais de aptidão para a promoção a general, ser subchefe do EME, Quartel Mestre General, Comandante da EE e Chefe do EME.

## **(2) As diferenças em relação aos oficiais do Curso de Estado Maior**

Caso o nosso oficial fosse oriundo das Armas, após terminar o curso na EE, com cerca de 23 anos<sup>28</sup> seria colocado como alferes num qualquer Regimento da Arma. Aqui desempenharia as funções de subalterno até concorrer ao CEM. Frequentaria a Escola Preparatória com cerca de 25 anos, já como tenente<sup>29</sup>, nas cadeiras que necessitava para se qualificar para a frequência do CEM na EE. Após terminar o CEM seria colocado no Estado-Maior da sua Arma, ficando a aguardar vacatura no quadro do Serviço de EM.

Ao passar ao Serviço de EM, seguiria uma carreira idêntica às atrás descritas. As suas promoções seriam dependentes da vacatura na sua Arma de origem, sendo que as medianas de idade diferem um pouco das anteriormente apresentadas, assim temos:

- capitão 33 anos (mais velhos 4 anos);
- major 38 anos (mais novos 5 anos);
- tenente-coronel 40 anos (mais novos 5 anos);
- coronel 48 anos (mais novos 3 anos);
- general 57 anos (mais novos 3 anos).

Em termos gerais, após entrar para o Serviço de EM, os cargos desempenhados eram idênticos aos que os oficiais do SEM/EE desempenhavam.

Não fazendo parte da carreira hipotética, é de destacar que foi do Serviço de EM que saíram dois dos Comandantes<sup>30</sup> do Corpo Expedicionário Português.

No que se refere à participação destes oficiais na Grande Guerra, identificámos 14 elementos que pertenceram ao Corpo Expedicionário Português, dois deles foram comandantes do mesmo e os restantes foram membros dos EM e oficiais de ligação junto do Corpo inglês.

---

<sup>27</sup> O mais novo foi Tomáz António Garcia Rosado, em 1917, com 53 anos. O mais velho foi Luís António César de Oliveira com 64 anos, em 1926

<sup>28</sup> Cinco elementos tinham 20 anos, o mais velho, com 27 anos, foi Amílcar de Castro Abreu e Mota de Artilharia, em 1891

<sup>29</sup> O mais novo, com 22 anos foi Fernando Augusto Freiria de Artilharia, de em 1899, os mais velhos foram Ilídio Marinho Falcão de Castro Nazaré (Nasareth), em 1896 e Tasso de Miranda Cabral em 1907, ambos de Infantaria.

<sup>30</sup> Tomáz António Garcia Rosado e José Augusto Alves Roçadas.



Para Angola foram destacados 12 elementos, tendo Alves Roçadas sido comandante de força e os restantes foram membros do EM. Para Moçambique identificámos três elementos do grupo que participaram nas campanhas. De realçar ainda que seis dos elementos identificados, após regressarem à Metrópole fizeram ainda parte do CEP.

### 3. Análise comparativa

Neste capítulo iremos analisar os dados recolhidos confrontando-os com a análise feita por Maria Carrilho e com o trabalho de José Rodrigues dos Santos.

Carrilho, no seu estudo da instituição militar, caracteriza socialmente todo o oficialato do Exército no início do Séc. XX, recorrendo a elementos que nós conseguimos elencar na nossa análise. Apoiando-nos nas suas conclusões relativamente às duas primeiras décadas do Século passado, estabelecemos um paralelismo que nos permitiu inferir algumas conclusões relativamente ao grupo em estudo. A autora, dando-nos essa imagem de todos os oficiais do Exército, permitiu-nos ainda analisar a existência de algumas diferenças e similaridades entre o nosso subgrupo e o grupo onde estavam inseridos.

Santos, no seu artigo, propõe um modelo de análise multidimensional à profissão militar. O autor dispõe as Armas por funções agrupadas e caracteriza os Exércitos composto por militares pertencendo aos seguintes grupos, Operacional, Técnico, Gestor-Administrador e Estado-Maior (EM). Passa de seguida a caracterizar a evolução das dinâmicas entre as diversas áreas constituintes dos Exércitos, apresentando essas relações em eixos onde contrapõe as áreas referidas.

Assim, o autor vê esta evolução com quatro fases distintas. Uma primeira onde domina o Operacional e existe uma fraca diferenciação entre o Técnico, a Administração e o EM. Uma segunda fase onde já existe uma demarcação do Técnico, o EM continua incipiente, a Administração já apresenta alguma diferenciação mas em menor medida e o Operacional continua a dominar. Uma terceira fase, a dos Exércitos de conscrição pós napoleónicos, onde existe uma afirmação definitiva do Técnico, proliferação da Administração e em menor medida do EM, diminuindo a relevância do Operacional.

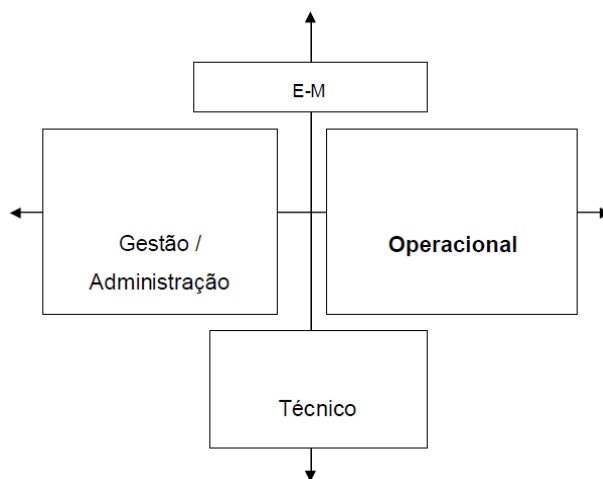


Figura 2 –Esquema da dinâmica entre funções (terceira fase)  
Fonte: (Santos, 2006, p. 39)

Por fim, o autor, caracteriza a quarta fase como a afirmação definitiva das especialidades. O Operacional torna-se minoritário, o Técnico ganha uma importância essencial, existe a afirmação do EM e a Administração está omnipresente.

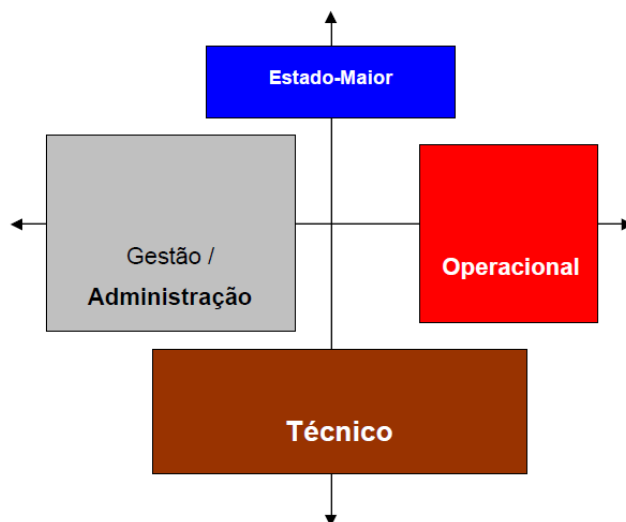


Figura 3 –Esquema da dinâmica entre funções (quarta fase)  
Fonte: (Santos, 2006, p. 39)

A época referente ao nosso estudo estará situada entre a terceira e a quarta fases, ou seja, já não estávamos perante os Exércitos pós Napoleónicos, mas ainda não estávamos perante o domínio do Técnico. A utilização deste modelo permitiu, atendendo às funções desempenhadas pelos oficiais do nosso grupo, situá-los dentro do Exército e retirar conclusões relativamente ao perfil do Serviço.

#### **a. Origem familiar e naturalidade**

Como vimos no primeiro capítulo, as taxas de analfabetismo nos finais do Séc. XIX inícios do Séc. XX eram muito elevadas, realidade que apenas se alterou com o Estado Novo nos anos de 1930. Podemos assim aferir que os elementos que concorriam à Escola do Exército (EE) pertenciam a um grupo minoritário na população – o que frequentava e concluíam os estudos liceais. Considerando o já previamente explicado por Ramos, isto é, que só quem vê utilidade na instrução se empenha em enviar os seus filhos à escola (Ramos, 1988, p. 1078), somos levados a inferir que os oficiais do Serviço de Estado-Maior (EM) pertenciam a uma minoria da sociedade que de facto queria e podia educar os seus filhos.

Como vimos também anteriormente, as percentagens de ocupação da população por atividade económica não sofreram alterações significativas de 1890 a 1911. Não tendo nós conseguido analisar a profissão dos pais dos nossos oficiais, uma vez que a informação não estava disponível nos processos de acesso à EE analisados, podemos no entanto, considerando o exposto acima, fazer um paralelismo com as conclusões a que chegou



Carrilho sobre as origens familiares do período de 1911-1925 (Carrilho, 1985, pp. 229-231). Assinalamos contudo, que nas comparações efetuadas, iremos excluir os dados referentes ao período correspondente à Grande Guerra, uma vez que não houve evento sobreponível aquando das candidaturas à EE por parte do nosso grupo.

Segundo Carrilho existia uma elevada percentagem de filhos de oficiais das Forças Armadas, situando-se a média acima dos 50%, sendo a categoria profissional que registava, de longe, os maiores índices de recrutamento. Existia também alguma importância nos índices de filhos de funcionários públicos, de proprietários e alguns anos de comerciantes. Sendo que a seleção para a carreira militar não estava condicionada por motivos ideológicos e políticos explícitos, esta era feita por motivos sociais de ordem económica, demonstrados pela maior presença de filhos de operários qualificados em relação a não qualificados e de trabalhadores rurais e pescadores. Outro aspeto por ela realçado é a não discriminação moralista relativamente a aspetos que não dependiam da responsabilidade dos oficiais, nomeadamente o de serem filhos de pais incógnitos<sup>31</sup> ou de mães solteiras. Para Carrilho, os cursos superiores militares reuniam atrativos para as camadas empobrecidas e para setores da pequena burguesia, que pretendiam ou manter uma certa posição social ou lutar por uma mobilidade ascendente. Estamos perante um grupo que provinha de uma base alargada de autorrecrutamento (filhos de oficiais), no qual, ao que tudo indica, a presença de elementos da nobreza não era tão representativa como por exemplo na Alemanha, onde em 1898, 40% do oficialato ainda era de origem nobre<sup>32</sup> (Janowitz, 1971, p. 94). O nosso grupo contava assim com uma forte representação de outros quadrantes sociais, atendendo claro, que as famílias tivessem a referida vontade e disponibilidade financeira de instruir os filhos.

Quanto à naturalidade dos oficiais, os dados relativos fazem-nos constatar que 31,08% são oriundos de Lisboa, 12,16% de Santarém seguidos de Vila Real, Porto e Faro com 6,76%. Carrilho, relativamente à origem dos oficiais, constata a existência duma predominância acentuada de proveniência urbana, com Lisboa a desempenhar um papel destacado, seguida do Porto e de Santarém (Carrilho, 1985, pp. 124,125).

No nosso caso, Santarém surge em segundo lugar, estando o Porto alinhado com Faro e Vila Real. Podemos concluir que os oficiais do Serviço de EM tinham também uma proveniência maioritariamente urbana, contrastando com os Estados Unidos onde a maior parte do recrutamento em 1910 tinha origens rurais (Janowitz, 1971, p. 86). Relembremos

---

<sup>31</sup> Um dos oficiais do nosso grupo, António Maria de Freitas Soares era filho de pais incógnitos.

<sup>32</sup> Do nosso grupo apenas um oficial utiliza a designação nobiliária de Dão, D. José de Serpa Pimentel de Sousa Coutinho.





que, dadas as características da educação à época e a distribuição da população por atividades económicas, ser natural que no caso português exista uma predominância de população urbana, uma vez que era nas cidades que o acesso à educação estava mais facilitado e era também aqui que se concentravam os que mais investiam na formação dos seus filhos.

As razões indicadas para 43,24% serem de Lisboa e Santarém vão de encontro ao proposto pela autora como explicação para a predominância de Lisboa e a elevada percentagem de Santarém como locais de origem na época de 1900-1910. A localização da EE na Capital, que permitia a continuação do aluno junto do agregado familiar durante a frequência do curso e a facilidade de transportes do distrito de Santarém para Lisboa, são as explicações apontadas para estes números, notando que a questão de facilidade de acesso ao ensino secundário e superior preparatório, era idêntica em Lisboa, Porto e Coimbra mas os valores dos últimos distritos são marcadamente mais baixos (Carrilho, 1985, pp. 124,125).

Relativamente aos oficiais do Serviço de EM, constatamos que quanto às suas origens não demonstram diferenças significativas com os candidatos à EE de 1900 a 1910. cremos assim que não seria apenas a proximidade do agregado familiar durante o curso, mas também o facto do Serviço se encontrar localizado em Lisboa, o que lhes abria mais possibilidades para prestarem serviço na Capital (para os 51 não oriundos do curso do SEM/EE).

A análise da frequência da escola preparatória, por parte dos elementos do grupo, indica que a EP, localizada em Lisboa, totaliza 76,71%, marginalizando Coimbra e Porto como escolha para o curso preparatório. Inferimos, assim, que a maioria dos oficiais do Serviço EM de 1914-1918, independentemente da sua origem, já tinha uma preferência pela Capital, preferência esta que se manifesta inclusivamente na escolha do curso preparatório que lhes permitia acesso ao CEM. Esta escolha seria também condicionada pelo peso que a EP possuía, ao ser a escola agregada à EE desde a reforma de 1837. Apesar de não possuímos dados relativos à morada do agregado familiar aquando da sua candidatura ao curso, estamos em crer que o aumento da possibilidade de colocação em Lisboa teria um peso considerável na decisão de frequentar o CEM como curso complementar.

#### **b. Armas de origem, lugares de curso e família**

Ao avaliarmos as Armas de origem, vimos que 23 dos elementos eram ainda do extinto SEM/EE. Assim, para sabermos as Armas de origem dos oficiais que fizeram o



CEM como curso complementar à sua formação, será necessário retirar os que fizeram o curso como formação de base. Obtidos estes números, vemos que a Infantaria com 56,86% é a arma de origem que surge destacada, sendo que a Artilharia surge com 31,37% e a Cavalaria com 11,76%, não existindo nenhum oficial oriundo de Engenharia.

Tabela nº 8 – Armas de origem sem SEM/EE  
Fonte: Autor 2014

Armas	#	%
Infantaria	29	56,86
Artilharia	16	31,37
Cavalaria	6	11,76

Não conseguimos deslindar concretamente o porquê desta discrepância. Levantamos, no entanto, algumas hipóteses para a justificação destes números. Sabemos, pelo Artº 70 da OE de 1901, que os tenentes e capitães ao terminarem os tirocínios do CEM subiam “...na escala de acesso da sua arma um número de logares igual à média annual de promoção do seu posto ao imediato...” (OE, 1901, p. 86), reiterado mais tarde na reforma de 1911, significa isto, em termos práticos, que ganhavam um ano em termos de antiguidade. O Artº 45º desta mesma OE, refere que um oficial de Engenharia, de Artilharia ou de Cavalaria não era promovido a capitão ou coronel, até que todos os oficiais de Infantaria do curso um ano mais antigo em tenente tivessem sido promovidos, impedindo assim ultrapassagens a elementos do curso à frente (OE, 1901, p. 81).

Daqui concluímos que as promoções a estes postos na arma de Infantaria, eram mais demorados que nas restantes Armas, sendo razoável concluir que esses elementos tivessem mais propensões a tirar o CEM por forma a ganhar um ano de antiguidade, melhorando as suas condições de promoção relativamente às outras Armas.

Para as perguntas, “Porque é que nenhum oficial de Engenharia pertencia ao Serviço de EM?” ou “Porquê que nenhum tirou o CEM até 1913?”<sup>33</sup>, podemos apenas conjecturar. Como refere Carrilho, a Engenharia era considerada, informalmente, a arma mais importante, sendo termo de comparação para promoções e vencimentos (Carrilho, 1985, p. 144). Para além deste facto, os oficiais com o CEM, quando em Comissão de Serviço dependentes do Ministério da Guerra, recebiam a gratificação correspondente ao seu posto na arma de Engenharia Artº 20º da OE Nº11 (OE, 1911, p. 587), ou seja, os Engenheiros auferiam maior gratificação face aos restantes oficiais. Estas constatações levam-nos a afirmar que esses oficiais teriam uma carreira satisfatória, tanto em termos de

<sup>33</sup> Apesar do nosso grupo não possuir nenhum oficial de Engenharia, apenas podemos afirmar com certeza, que nenhum tirou o CEM até 1913 (AHM, 1913, p. 21).



prestígio, como financeiramente, não sendo o curso um fator determinante para a sua progressão na carreira. Atendendo a que em 1881 cerca de 70% dos sócios da Associação dos Engenheiros Civis eram militares (Ramos, et al., 2012, p. 531), arriscamos a extrapolar que a situação não se teria alterado muito, o que nos leva a afirmar que estes oficiais elaborariam trabalhos como engenheiros civis ou desempenhariam funções no âmbito das Obras Públicas, dependendo do respetivo Ministério, o que lhes permitiria um acréscimo de rendimento, não vendo vantagem em pertencer ao Serviço e EM. Estes dados são, no entanto conjecturais, e a resposta estas questões foge ao âmbito deste trabalho, carecendo de um estudo mais aprofundado.

Em termos de antiguidade relativa dentro das Armas, vimos que 62,75% pertencia ao primeiro terço de cada curso. Este dado é indicador de que a este Serviço pertenciam maioritariamente os melhores de cada curso, pelo menos do ponto de vista académico, visto que esta relação foi feita com a antiguidade de saída da EE. Julgamos natural que assim seja, considerando a frequência da Escola Preparatória que, como já vimos, implicava o estudo de cadeiras de ciências exatas que não eram necessárias para as Armas. Esta obrigatoriedade de formação científica para a passagem a uma arma mais “técnica” e “organizativa”, e apesar de quase 10% pertencerem ao último terço, pode ser vista como um obstáculo que desmotivaria os elementos que academicamente menos se destacavam.

Assim em termos de elementos não oriundos do SEM/EE, a maioria dos oficiais era dos mais antigos dos respetivos cursos, sendo também a maior parte oriundo da arma de Infantaria.

Para analisar a vida familiar do grupo teremos primeiramente de definir família. A definição apresentada por Henri e Lauwe pareceu-nos a mais adequada à sociedade portuguesa da época. Dizem-nos estes sociólogos que família, para a civilização Ocidental, é o conjunto do homem, a mulher e os filhos, no sentido restrito de grupo conjugal, defendendo eles que na vida urbana o grupo se encontra bem diferenciado (Henri & Lauwe, 2012, p. 475). Da análise que efetuamos vimos que no que concerne ao estado civil, 89,8% dos oficiais eram casados, mostrando-nos este dado a tendência dos oficiais do Serviço de EM 1914-1918 para formarem família, casando-se como era o preceito da época.

Considerando que em 1911 as famílias, tinham em média 4,2 indivíduos (INE, 2014), o número de filhos, atendendo à definição de família apresentada, seria de 2,2 o que implica que o nosso grupo, com uma mediana de um filho (mínimo zero, máximo nove) se encontrava abaixo da média de filhos para a época. Dos 60 elementos que analisámos 37



não possuíam filhos ou tinham apenas um (cerca de 62%), mas 23 deles possuíam dois ou mais filhos (cerca de 38%). Não conseguimos encontrar dados comparativos, para levantar hipóteses fundamentadas para esta disparidade face aos dados estatísticos da altura, ou mesmo para a assimetria interna do nosso grupo. Arriscamos, contudo, considerar que a vida profissional destes oficiais não permitia a disponibilidade existente à época para formar famílias alargadas, atendendo ao facto de estarem, por motivos de serviço, longos períodos de tempo afastados das famílias.

### **c. Posto máximo alcançado**

No posto máximo atingido, vimos que 48,39% foram generais e 43,55% chegaram a coronel. Quase metade dos 62 oficiais (número dos que conseguimos apurar o posto máximo) atingiram a classe mais alta do oficialato.

Analizando apenas os que eram do SEM/EE, ou seja os que dispunham dum quadro próprio em termos de serviço, vemos que 56,52% deles atingiu o generalato<sup>34</sup>. Mesmo que alguns o tenham feito já na passagem para a reserva, caso de Gaspar António Azevedo Meira, estamos perante uma percentagem elevada de indivíduos a atingirem os postos máximos no seu serviço. A análise de progressões de carreira, e dos condicionalismos inerentes à progressão a general, implica o levantamento de inúmeras variáveis e como Janowitz indica, boa parte delas conjunturais num período de poucos anos (Janowitz, 1971, p. 126). Nesta análise não poderemos deixar de incluir as mudanças políticas ocorridas no país, os condicionalismos da progressão na carreira e, claro, o advento da Grande Guerra.

Sabemos que todos estes oficiais serviram durante a Monarquia, tendo permanecido em funções após a implantação da República. Não sabemos se foram dos 36 oficiais do EM que declararam a sua adesão à República em 1910 (Carrilho, 1985, p. 93), o certo é que permaneceram no Serviço de EM. Sobre as lealdades deste grupo, Martins Ferreira ao descrever a vida de Garcia Rosado disse algo ilustrativo que demonstra talvez o sentimento vigente no grupo “*embora no seu íntimo mantivesse a sua grata simpatia pela realeza, sentimento que não ocultava mas que em nada influiu na maneira leal e dedicada como continuou a servir a sua pátria*” (Martins, 1937, p. 620). Em 1913 é confiado a Garcia Rosado o comando do Regimento de Infantaria cinco, o que demonstra a confiança nele depositada pelo regime republicano.

Não pretendendo tirar ilações sobre as lealdades de todo o grupo, assumimos que a postura descrita para Garcia Rosado, simpatizante da realeza mas cumpridor do dever para

---

<sup>34</sup> O primeiro elemento de que dispomos a data de promoção foi Tomáz António Garcia Rosado em 1917, com 53 anos e o ultimo foi José Mendes Ribeiro Norton de Matos em 1926 com 59 anos.



com a Pátria, seria a postura “menos leal” que estes elementos teriam para com a República. Aliás, no grupo em análise, houve inclusive quem combatesse sublevações monárquicas<sup>35</sup>. Esta postura por parte dos oficiais do EM foi amplamente reconhecida pelos sucessivos Governos Republicanos, sendo demonstrativo disso os diversos cargos e comandos para os quais os oficiais foram nomeados.

Outro fator que tem de ser considerado é o advento da Grande Guerra, não porque muitos elementos deste grupo (SEM/EE) tivessem participado nela, na verdade, apenas identificámos José Augusto Alves Roçadas e Tomás António Garcia Rosado como elementos participantes no conflito<sup>36</sup>, mas pelas possibilidades de progresso na carreira que este apresentou. A Grande Guerra funcionou como catalisador da progressão das carreiras na medida que muitos oficiais foram promovidos por inerência dos cargos que desempenhavam, sendo depois confirmados nos mesmos sem cumprirem os necessários requisitos para tal (Carrilho, 1985, p. 240). No nosso caso, com a exceção de três, todos foram promovidos no mínimo um posto durante o período de quatro anos que durou o conflito. Esta situação fez com que chegassem a coronel com menos idade e assim cumprissem os tempos mínimos necessários à promoção a general.

Relativamente aos oficiais que fizeram o CEM, curso complementar, sabemos que 16 deles atingiram a classe de general, sendo sete de Infantaria, sete de Artilharia e dois de Cavalaria. A análise neste caso é mais complexa, uma vez que, para além das circunstâncias conjunturais referidas anteriormente, é necessário ter em consideração as particularidades relativas às diferentes Armas de origem, pois a sua promoção dependia das vacatura nos respetivos quadros.

Já vimos que em tenente/capitão, os oficiais que tiravam o CEM “ganhavam” um ano de antiguidade. Isso permitia-lhes, à partida, uma chegada ao quadro de oficiais Superiores (major, tenente-coronel e coronel) mais célere que os restantes elementos do mesmo curso, com maiores hipóteses de atingir o grupo de coronéis passíveis de serem promovidos a general.

Dentro do nosso grupo vemos que sete (24%) dos oficiais de Infantaria chegaram a general, sete (43,7%) da Artilharia e dois (33%) da Cavalaria.

Efetuando uma análise aos cursos da EE de 1876 a 1906, período coincidente com os anos de entrada de todos os elementos do CEM no nosso grupo, verificámos que foram

---

<sup>35</sup> Manuel Firmino d’Almeida Maria Magalhães combateu contra insurreitos monárquico, na Serra de Monsanto, em 1919.

<sup>36</sup> O primeiro como comandante, logo em 1914, da força expedicionária a Angola e depois como comandante de Divisão e mais tarde como último Comandante do CEP em França. O segundo como comandante do CEP em 1918.



promovidos a general 53 oficiais de Infantaria, 34 de Artilharia, 17 de Cavalaria (Oliveira, et al., 1995, pp. 443-447) e 10 de Engenharia, perfazendo um total de 114 generais. Percentualmente temos uma relação de cerca de 46% de Infantaria, 30% de Artilharia, 14% de Cavalaria e cerca de 9% de Engenharia.

Por questões metodológicas, que se prendem com a gestão de esforço requerido versus tempo disponível, e tendo noção que para melhor ajuizar a existência de vantagens de possuir o CEM para atingir o generalato, seria obrigatória a comparação com o universo de todos os oficiais do Exército nessas quatro décadas.

Assim seria necessário saber quantos destes generais possuíam o CEM, quantos prestaram serviço no Serviço de EM, quantos eram ao todo por Arma, ter em consideração as idades de promoção a coronel, tudo elementos que não foram por nós levantados. Por exemplo, o número de oficiais por Arma poderia ser conseguido consultando os Almanques do Exército relativos aos anos considerados, outros requereriam um levantamento de todos os oficiais pertencentes ao Serviço de EM até 1939, ano em que o ultimo elemento do nosso grupo foi promovido a general. Após esta análise seria ainda necessário considerar a envolvente politico-militar, que no período em análise foi bastante conturbada (tendo inclusive existido uma ditadura militar), para aferir quantos dos oficiais das Armas beneficiaram dessa situação.

Não possuindo capacidade de aprofundar a nossa análise, conseguimos no entanto observar que dentro do Serviço de EM, a percentagem relativa de oficiais de Artilharia a ser promovidos a general é muito superior às das restantes Armas, também aferimos que dentro das respetivas Armas é a Artilharia que tem maior percentagem de oficiais com o CEM a atingir o generalato. Esta circunstância leva-nos a inferir que seria nesta Arma que se retirava maior vantagem em possuir o CEM e integrar o Serviço de EM.

#### **d. Carreira e enquadramento do Serviço de Estado-Maior**

Da carreira hipotética do nosso grupo vimos que, após o exigente curso na EE todos foram colocados em Regimentos como subalternos das Armas, estas colocações em alferes e tenente, permitiam ao jovem oficial tomar conhecimento com os escalões de nível tático das unidades de manobra e de apoio de fogos do Exército, ficando assim, o futuro oficial de Estado-Maior, a conhecer a realidade vivida nestes escalões e experienciar na primeira pessoa o que era solicitado a este nível.

As funções desempenhadas pelo nosso grupo, tantas delas sem qualquer relação com a vida militar, fazem-nos ver que estes elementos eram indivíduos de referência à época. O seu mérito académico é reconhecido, não apenas por frequentarem a Escola



Preparatória, mas também pelo número deles que foram lentes e assistentes nas escolas militares, assim como, pela responsabilidade que lhes cabia em termos de estudos para as reformas do Exército, que abrangiam não apenas o âmbito operacional mas também de âmbito cultural e legislativo.

Apurámos que não se limitavam a planear e fazer estudos, eles eram nomeados para comandar, todos eles fizeram levantamentos e reconhecimentos pelo país. A nomeação dum elemento do Serviço de EM para o socorro das populações do terramoto de Benavente ilustra que eram homens de ação e comando, não seria nomeado um burocrata para comandar tropa numa situação caótica como aquela terá sido. Outro indício de que não passariam muito tempo em gabinete, é a atribuição de cavalo a cada um deles e o facto de vir estipulado na lei que, as repartições do EME executavam os reconhecimentos necessários para o cumprimento das suas atribuições (OE, 1911, pp. 673-675).

Assim, é a nossa opinião não estamos perante um grupo unicamente de gestores/administradores, as carreiras de comando destes elementos demonstram que eram operacionais e a legislação demonstra que era assim que o Exército queria que eles fossem.

Da análise das carreiras do nosso grupo, vemos também que desempenharam funções de todos os grupos apresentados por Santos, desde o Operacional ao Gestor-Administrador. Os oficiais do nosso grupo comandaram Companhias, Batalhões e Grupos, tinham de comandar Regimentos a fim de serem promovidos e foram comandantes de Forças Expedicionárias, cumprindo sem dúvidas o papel de Operacional. O papel de Gestor-Administrador, certamente menos evidente, foi desempenhado quando foram nomeados para funções administrativas nas províncias ultramarinas e nos inúmeros estudos para os quais eram nomeados. É uma característica de Gestor-Administrador a elaboração de planos gerais de mobilização ou de instruções dos serviço de segunda linha (apoio logístico). O papel de Técnico era desempenhado ao serem nomeados para estudos relativos à organização geral e proteção das linhas de comunicação do Exército ou para a revisão de instruções do serviço militar dos caminhos de ferro EM, assim como, quando eram nomeados para comandar Grupos e Regimentos de Artilharia ou para servirem na secção de cartografia militar e gabinete de fotográfico. As funções de EM eram inerentes ao Serviço, pelo que não iremos mencioná-las.

Aos elementos do grupo era-lhes solicitado o desempenho de cargos em todo o espectro de funções levantadas por Santos, pelo que, o Serviço de EM, como corpo do Exército (como arma se conviermos) não corresponde a nenhum modelo pré-concebido. Julgamos que a justificação para esse facto se prende com a formação e experiência dos





oficiais. Vimos que a formação era das academicamente mais exigentes no Exército, abrangendo praticamente todos os campos que a EE ministrava, tanto no SEM/EE como no CEM. Antes, no caso do CEM, ou após a formação, no caso do SEM/EE, era-lhes imposto que servissem nas Armas ao nível tático e apenas depois disso ingressavam no Serviço de EM.

Estamos em crer que este tipo de vivência militar desenvolve num indivíduo a capacidade de se adaptar a todas as circunstâncias, preparando-o para desempenhar funções que à partida não seriam do seu foro e competência.

Teria sido interessante fazer uma análise comparativa com outros Serviço de EM da época, a fim, de verificar se aos seus oficiais lhes era solicitado tão díspar desempenho de funções no entanto, pela escassez de estudos e pela dimensão do investimento que iria acarretar não nos foi possível seguir esse caminho.

Analisando o Serviço de Estado-Maior, como o único provedor de oficiais para os EM, ou seja, atendendo às funções desempenhadas pelos oficiais apenas quando estavam dependentes do Serviço de EM, somos levados a concluir que se enquadra no expectável para a época. As razões para esta conclusão prendem-se com o facto de possuírem a direção “política” sobre as outras Armas, elaborando estudos sobre reformas e sendo responsáveis pelos exercícios e instrução, movimentavam toda a instituição mas eram, no entanto, menos considerados que a Engenharia, a Arma técnica por natureza.





## Conclusões

O objetivo deste trabalho foi traçar um perfil dos oficiais do Serviço de Estado-Maior (EM) durante a Grande Guerra. Para isso elaborámos a seguinte pergunta de partida (PP) “Quais as características sociográficas dos oficiais pertencentes ao Serviço de Estado-Maior de 1914 a 1918?”.

No sentido de operacionalizar a execução do trabalho e desta forma mais facilmente inferir a resposta à PP, foram formuladas as seguintes Perguntas Derivadas (PD):

PD 1 – “Existem diferenças entre os oficiais do Serviço de Estado-Maior de 1914 a 1918 e os restantes oficiais do Exército?”

PD 2 – “Em que aspetos o Curso de Estado-Maior constitui distinção dos oficiais em relação aos restantes do seu curso na EE?”

PD 3 – “De que modo o Serviço de Estado-Maior Português está em linha com os perfis de Estados-Maiores no mesmo período?”

Para responder a estas questões iniciámos por definir o nosso grupo para análise, recorrendo para isso às Listas Gerais de Antiguidade do Exército de 1914 a 1918. A escolha deste período deveu-se ao facto de Portugal ter estado envolvido em operações em Angola e Moçambique desde 1914. A escolha deste período permitiu-nos aumentar o número de indivíduos no grupo, alargando assim a nossa base de trabalho.

O primeiro capítulo serviu para nos situarmos relativamente ao período em que estes oficiais se formaram e serviram no Exército, assim como sabermos como era a admissão e formação, por forma a podermos contextualizar os dados recolhidos. Nesse sentido, fizemos um breve enquadramento histórico, que nos permitiu ver que, no final do Séc. XIX e início do Séc. XX, Portugal atravessava um período politicamente conturbado.

Para além da instabilidade, ou também por causa dela, Portugal era um país em que maior parte da população era camponesa. As cidades eram pequenas, Lisboa surgia como a grande metrópole, destacada mesmo do Porto. As vias de comunicação assentavam sobretudo na linha de caminho de ferro, mas maioria da população não tinha acesso regular ao comboio. Relativamente à educação, vimos que a taxa de escolaridade não evoluiu nesse período e que apenas com o Estado Novo, Portugal conseguiu descer o seu nível de analfabetismo.

De seguida descrevemos a evolução do Corpo de EM, desde que é mencionado, em 1763, até que, pela primeira vez se destaca do Estado-Maior General em 1834.

De seguida vimos a criação da Escola do Exército (EE), pela mão de Sá da Bandeira e o início do verdadeiro profissionalismo na classe militar em Portugal. Foram



elencados os critérios de seleção dos candidatos aos cursos da EE, especificamente ao curso do Serviço de EM, curso que frequentavam os futuros oficiais do Corpo de EM. Sobressai a extensa formação académica, tanto na EE como na Escola Preparatória frequentada pelos alunos.

Em 1891 alterou-se o curso, deixando de ser um curso de base e passando a ser um curso complementar aberto a todas as armas do Exército, denominado Curso Superior de Guerra. As cadeiras frequentadas não sofreram alterações relevantes, os alunos, já oficiais formados na EE, tinham apenas de frequentar as cadeiras nas quais ainda não tinham tido aproveitamento. O primeiro curso complementar, já designado Curso de Estado-Maior (CEM) realizou-se em 1895.

No segundo capítulo, descrevemos os dados recolhidos nas fontes mencionadas. Assim, da Listagem dos Alunos da Academia de Fortificações, Escola do Exército (LAEE) retirámos a escola preparatória frequentada, a sua naturalidade, curso de origem e lugar de curso. Dos 74 oficiais conseguimos 64 das folhas de matrícula (FM), de onde obtivemos o seu estado civil, número de filhos, posto alcançado e funções desempenhadas ao longo da carreira.

Os dados revelaram que, a grande maioria deles (76,71%) efetuou a sua Escola Preparatória na EP em Lisboa, surgindo a Universidade de Coimbra em segundo com 16,44% e a Academia Politécnica, no Porto, com apenas 6,85%. Os oficiais eram de proveniência maioritariamente citadina, surgindo Lisboa num lugar destacado, seguida por Santarém em segundo e o Porto, Vila Real, e Faro em terceiro.

Relativamente ao curso de origem, apurámos que no Serviço de Estado-Maior (EM) em 1914-1918, 23 oficiais ainda eram oriundos do curso do Serviço de Estado-Maior da EE (SEM/EE), 29 eram de Infantaria, 16 de Artilharia e seis de Cavalaria. No que concerne à sua posição geral de curso à saída da EE, apurámos que dos elementos que frequentaram o CEM, 62,75% pertenciam ao primeiro terço do seu curso, 27,45% ao segundo terço e 9,80% ao terceiro terço. Do estudo realizado ao posto máximo atingido, retirámos que 30 atingiram o posto de general, 27 o de coronel, três o de tenente-coronel, um o de major e um o de capitão.

Quanto ao casamento e número de filhos, vimos que 89,8% deles era casado, possuindo uma mediana de um filho. Levantámos também que um deles declarou ter um filho, sendo solteiro e outro declarou o filho 19 anos antes de se ter casado.

Por forma a melhor demonstrar o percurso profissional deste grupo de oficiais criámos uma carreira hipotética, onde vimos que este grupo levou uma vida profissional



muito rica em termos de experiências, não apenas como oficiais de EM, mas também no desempenho de funções e cargos civis, participando em ações expedicionárias, no comando de tropa, servindo em diversos ministérios, dando aulas e representando o estado em terras longínquas.

O terceiro capítulo permitiu-nos analisar os dados obtidos assim vimos que em termos de naturalidade diferiam pouco da naturalidade dos restantes oficiais. Conseguimos inferir, atendendo ao pouco desenvolvimento em termos educativos, que o nosso oficial pertenceria a uma família de militares ou de operários qualificados e que uma das motivações para concorrer para o SEM/EE ou ao CEM seria a proximidade do agregado familiar e o aumento da possibilidade de servir em Lisboa.

A análise dos cursos de origem e dos respetivos lugares de curso, demonstrou-nos que a maioria dos oficiais que frequentaram o CEM (curso complementar) eram os que tinham obtido as melhores notas na saída dos respetivos cursos da EE.

No que concerne à família constituída pelos nossos oficiais, vimos que tinham em média menos filhos do que o expectável para a época, não tendo conseguido levantar hipóteses fundamentadas arriscamos, contudo, a considerar que a vida profissional destes oficiais não permitia a disponibilidade existente à época para formar famílias alargadas, fruto da tipologia de carreira pela qual enveredavam.

A análise das funções mostrou-nos que estamos perante um grupo com capacidade de desempenhar um leque variado de funções, tanto militares como civis. A nível militar, para além das missões inerentes ao EM, vimos que ao terem comandado Companhias, Batalhões e Grupos e terem sido nomeados para comandar forças de expedicionárias, tanto para as colónias como para combater na frente Europeia da Grande Guerra, não estamos perante um grupo que apenas planeava e geria. Concluímos, assim, estar perante um grupo que desempenhava missões de âmbito operacional, algumas das quais da maior relevância para o papel que Portugal pretendia desempenhar na época.

Vimos também que o Serviço de EM, como corpo do Exército, enquadra-se no expectável para a época, isto é, possuía a seu cargo a direção organizativa do Exército e as suas decisões e pareceres influíam sobre todas as outras Armas, sempre com o objetivo de melhor preparar o Exército para campanha, com o foco da otimização do desempenho operacional.

Para respondermos às nossas PD, embora o terceiro capítulo desempenhe um papel primordial, é necessário estabelecer uma interligação entre os capítulos. Assim à PD 1 – “Existem diferenças entre os oficiais do Serviço de Estado-Maior de 1914 a 1918, com os



restantes oficiais do Exército?” somos levados a responder que sim, existiam algumas diferenças.

Em termos de local de naturalidade as diferenças são poucas, como vimos, apenas o surgimento de Santarém em segundo lugar em detrimento do Porto marca a diferença. A proveniência do oficialato português era cidadina. Quanto de afiliação pelo que vimos no primeiro capítulo, o facto de não existir evolução em termos de ensino, nem em termos de ocupação económica das famílias, levou-nos a inferir que as famílias de origem dos oficiais do nosso grupo correspondiam às famílias de origem de todos os oficiais. Portanto nestes dois pontos não existiriam diferenças entre os dois grupos.

As diferenças residiam na seleção feita para o curso, a sua exigência técnica e pelo seu desempenho de funções e pela legislação que os regia. Igualmente, como membros do Serviço de EM, os nossos oficiais auferiam o mesmo vencimento que os oficiais de Engenharia e podiam desempenhar funções, incluindo comando de unidades em qualquer uma das Armas exceto Engenharia, características estas que não eram transversais às outras Armas. A formação exigida diferenciava também este Serviço dos restantes oficiais, quer em termos da Escola Preparatória, pela formação obrigatória em ciências exatas, mas também na EE, onde recebiam formação que abrangia todas as armas do Exército. Esta visão transversal da organização, como funcionava e que capacidades possuía, era apenas ministrada a este curso, motivos pelos quais somos levados a afirmar que se diferenciavam dos restantes oficiais.

Para a resposta à PD 2 – “Em que aspetos o Curso de Estado-Maior constitui distinção dos oficiais em relação aos restantes do seu curso na EE?”. Levantámos como primeiro aspeto o facto do curso permitir a subida na escala de promoções em um ano de antiguidade aos restantes membros do curso. Outro aspeto a ressaltar eram as possibilidades de nomeações que se abriam para prestar serviço, e a possibilidade de quem tirava o curso poder comandar nas outras Armas. Não analisámos convenientemente as comparações da progressão de carreira até ao generalato, no entanto, considerando que em coronel os elementos do Serviço de EM regressavam aos quadros da sua Arma, podendo aí ser promovidos a general e que existiam vagas de general específicas para quem era do Serviço, inferimos que quem tinha o curso e pertencia ao Serviço tinha mais possibilidades de atingir os postos mais elevados.

Como resposta à PD 3 – “De que modo o Serviço de Estado-Maior Português está em linha com os perfis de Estados-Maiores no mesmo período?”. Analisando as funções desempenhadas pelos oficiais do nosso grupo, quando em funções do Serviço de EM e as



competências atribuídas por lei, aferimos que se enquadra no expectável para a época, ou seja, possuía a direção do Exército no que se refere a treino e instrução e era a este Serviço que estava encarregue dos estudos para melhorar a prestação do Exército, no entanto, o prestígio pertencia ainda a uma arma técnica, a Engenharia.

Com as respostas às PD, conseguimos agora caracterizar o perfil do oficial do Serviço de EM na Grande Guerra. Tratava-se de um indivíduo com origens citadinas, oriundo de uma família com possibilidades e interesse em educá-lo, que quando tivesse idade, assentaria praça no Exército com o intuito de se formar como oficial.

Receberia uma formação muito acima da média para a altura, incluindo a maioria dos seus pares, quer na EE, quer na Escola Preparatória. Seria um oficial com experiência a nível tático, advinda da permanência em subalterno nas unidades regimentais, em termos de vida familiar seria casado e pai de família. Teria uma grande capacidade de gestão/administração ganha com a experiência de servir nos diversos postos do Serviço de EM. A sua formação permitia-lhe desempenhar funções na Administração Pública, sendo por vezes o máximo representante do Estado em territórios isolados. Este oficial tinha ainda a capacidade de comando de tropa em condições de campanha inclusive de combate.

Consideramos assim respondida a nossa PP – “Quais as características sociográficas dos oficiais pertencentes ao Serviço de Estado-Maior de 1914 a 1918?”.

Do que antecede, constatámos que o Serviço de EM, desde a sua génese como Corpo de EM, sempre desempenhou um importante papel no seio do Exército, sendo os seus elementos, oficiais que se destacavam na sua época pela sua competência e capacidade de adaptação. Demonstrando que não se limitavam a planear e apoiar a decisão, eram sim, homens de ação.



## Fontes

AHM, 2006. *Arquivo Particular Sá da Bandeira, 1809 - 1891, Catálogo; 3ª Divisão, 18ª Secção*, Lisboa: Estado Maior do Exército.

AHM, 2011. *Projeto GERMIL, Genealogia em Registos Militares*. [Online] Available at: <http://arqhist.exercito.pt/germil/details?id=6958> [Acedido em 03 Abril 2014].

AHM, A., 1913. *Almanaque do Exército*. Lisboa ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914.

AHM, s.d. *Folha de Matrícula (FM) de Alfredo Carlos Pimentel May*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3462.

AHM, s.d. *Folha de Matrícula (FM) de Carlos Maria Pereira dos Santos*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3295.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Abel Acácio de Almeida Botelho*. Lisboa: Arquivo Histórico-Militar, caixa 1338.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Abílio Augusto Valdez Passos Sousa*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 1750.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Alfredo Balduino de Seabra Junior*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2401.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Alfredo Mendes de Magalhães Ramalho*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3344.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Amândio Oscar da Cruz e Sousa*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 1303.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Amílcar Castro Abreu Mota*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 719.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Angelo Leopoldo Cruz e Sousa*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 1523.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Aníbal Augusto Ramos Miranda*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3147.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de António Cândido Gouveia Castilho Nobre*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 1462.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de António de Sant'Ana Cabrita Junior*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2299.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de António de Sousa Guedes Cardoso Machado*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3758.



AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de António de Sousa Pinto Machado Coutinho*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3446.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Antonio José Garcia Guerreiro*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 1678.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de António Maria de Freitas Soares*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 1329.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Antonio Maria de Matos Cordeiro*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 1439.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de António Nogueira Mimoso Guerra*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 717.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Armando Bertoldo Machado*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2254.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Arnaldo de Melo*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2375.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Artur Ivens Ferraz*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2213.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Augusto Botelho Costa Veiga*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3181.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Augusto da Costa Macedo*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2804.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Carlos Maria Pereira dos Santos*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3295.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Carlos Matias de Castro*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2691.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de D.José Serpa Pimentel Sousa Coutinho*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2056.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Eduardo Augusto Marques*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2639.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Fernando Augusto Borges Junior*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2856.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Fernando Augusto Freiria*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 715.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Francisco Xavier Correia Mendes*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2651.





AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Gaspar António Azevedo Meira*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2266.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Gaspar do Couto Ribeiro Vilas*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3547.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3382.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Ilídio Marinho Falcão de Castro Nasareth*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 1483.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de João Augusto Crispiano Soares*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2844.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de João Carlos Pires Ferreira Chaves*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2528.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de João de Sousa Eiró*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2637.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de João José Sinel de Cordes*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2083.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de João Montez Champlimaud*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2287.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de João Ortigão Peres*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 1353.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de João Pereira Bastos*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 715.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Joaquim Artur dos Santos Machado*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 1701.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Joaquim dos Santos Correia*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3859.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Jorge Dias da Costa*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3489.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Jorge Soares Pinto Mascarenhas*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2119.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de José Alberto da Silva Basto*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 1718.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de José Arrobas Machado*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3060.





AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de José Esteves Conceição Mascarenhas*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 1328.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de José Júlio Forbes da Costa*. Lisboa: Arquivo Histórico-Militar caixa 1724.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de José Mendes Ribeiro Norton de Matos*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 1325.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Júlio d'Abreu Campos*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3651.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Liberato Damião Pinto*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2861.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Luís António César de Oliveira*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2606.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Luís António de Carvalho Martins*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2169.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Manuel Firmino de Almeida Maia Magalhães*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2204.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Manuel Maria de Oliveira Ramos*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2166.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Manuel Rodrigues Ermitão*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2169.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Miguel de Almeida Santos*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2682.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Pedro Lopes Cunha Pessoa*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2679.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Roberto da Cunha Baptista*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2203.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Tasso de Miranda Cabral*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, caixa 2845.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Tomaz António Garcia Rosado*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2363.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Tomaz António Garcia Rosado*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2363.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Vasco Martins*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 2877.



AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Vitoriano José César*. Lisboa: Arquivo Histórico-Militar caixa 2403.

AHM, s.d.. *Folha de Matrícula (FM) de Vitorino Henriques Godinho*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar cx 3663.

LAEE, A., s.d.. *Listagem dos Alunos da Academia de Fortificações, Escola do Exército; Escola de Guerra, Escola Militar*. Unica ed. Lisboa: Fundo 100 caixa SIL.

LGAE, 1914. *Lista Geral de Antiguidades do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1915. *Lista Geral de Antiguidades do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1916. *Lista Geral de Antiguidades do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1917. *Lista Geral de Antiguidades do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional.

LGAE, 1918. *Lista Geral de Antiguidades do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional.

OE, 1863 nº54. *Ordens do Exército*. unica ed. Lisboa: Imprensa Nacional 1864.

OE, 1890. *Ordem do Exército 1890*. Única ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

OE, 1901. *Ordem do Exército*. Unica ed. Lisboa: Imprensa Nacional.

OE, 1911. *Ordem do Exército*. Unica ed. Lisboa: Imprensa Nacional.



## Bibliografia

Amaral, M., 2012. *Portal da História*. [Online]

Available at: [http://www.arqnet.pt/portal/biografias/alves\\_rocadas.html](http://www.arqnet.pt/portal/biografias/alves_rocadas.html)

[Acedido em 27 Março 2014].

Barata, M. T. et al., 2004. *Nova História Militar de Portugal Volume 3*. 1ª ed. Rio de Mouro: Circulo dos Leitores e Autores.

Benavente, C. M., 2014. *Terramoto de 1909*. [Online]

Available at: <http://www.cm-benavente.pt/conhecer-benavente/historia/terramoto-de-1909?tmpl=component&print=1>

[Acedido em 11 Abril 2014].

Bonifácio, M. F. et al., 2001. *Memória de Portugal o Milénio Português*. N.D. ed. Mem Martins: Circulo dos Leitores.

Candeias, A., 1993. *Análise Psicológica*. 4 (XI), pp. 591-607.

Candeias, A., 2005. Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal. *Análise Social*, vol.XI (176), pp. 477-498.

Carrilho, M., 1985. *FORÇAS ARMADAS E MUDANÇA POLÍTICA EM PORTUGAL NO SEC XX*. 12.310.176 ed. Lisboa: Imprensa Nacional da casa da Moeda.

Cruz, M. B. et al., 2001. *Memória de Portugal o Milénio Português*. 1ª ed. Mem Martins: Circulo dos Leitores.

Gaspar, A. P. R., 2009. *História da Academia Militar 2ºVolume - AHM B- 8570*. 1ª edição em 1991 ed. Lisboa: Centro de Audiovisuais do Exército.

Henri, P. & Lauwe, M.-J. C. d., 2012. *A evolução contemporânea da Família: estruturas, funções, necessidades*, s.l.: artigo «L'évolution des besoins et la conception dynamique de la famille», publicado na Revue Française de Sociologie, ano I, n.º 4, Out.-Dez. 1950,.

Huntington, S. P., 1981. *The Soldier and the State*. 7ª ed. Massachusetts: Harvard University Press.

INE, 2014. *1911 - 1 de Dezembro (V Recenseamento Geral da População)*. [Online]

Available at:

[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos\\_historia\\_pt\\_1911](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1911)

[Acedido em 05 03 2014].

IPE, 2014. *A história do IMPE*. [Online]

Available at: [http://www.pupilos.eu/OIMPE\\_Historia.aspx](http://www.pupilos.eu/OIMPE_Historia.aspx)

[Acedido em 30 03 2014].

Janowitz, M., 1971. *The professional Soldier*. ND ed. Nova York: The Free Press.



- Martins, F., 1937. General Garcia Rosado. *Revista Militar* nº9, Setembro, pp. 615-630.
- Mattoso, J., 2002. *A escrita da História*. 1ª ed. Rio de Mouro: Círculo dos Leitores.
- Muraise, É., 1964. *Introduction a l'histoire militaire*. Reedição do livro de 1964 ed. Limoges: Lavauzelle.
- Oliveira, A. R. d., Sardinha, M. C., Ambrósio, C. & Aidos, J., 1995. *História do Exército Português Volume IV*. N.D. ed. Lisboa: CEGRAF/Ex.
- Oliveira, M. A. d. & Rego, M., 1990. *O Grande Livro dos Portugueses*. 1ª ed. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- Pedrosa, F. V. G., 2011. *A história Militar Tradicional e a "Nova História Militar"*. S.Paulo, Anais do XXVI Simpósio Nacional de História -ANPUH.
- Ramos, R., 1988. Culturas da alfabetização e culturas de analfabetismo em Portugal: uma introdução à história da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, (4º, 5º), pp. 1067-1145.
- Ramos, R., 2006. *D.Carlos*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo dos Leitores.
- Ramos, R. & Mattoso, J., 1994. *História de Portugal Sexto Volume A Segunda Fundação*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo dos Leitores.
- Ramos, R., Sousa, B. V. e. & Monteiro, N. G., 2012. *História de Portugal*. 7ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Sá Nogueira, J. C. d., 1969. *Breve notícia histórica acerca do Corpo de Estado-Maior*. Separata ao Boletim do EM nº 8 - 4ª Série ed. Lisboa: Boletim do Estado Maior do Exército.
- Santos, J. R. d., 2006. Modelos de análise da profissão militar. *Episteme, Revista Multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa*, 2ªSérie(Ciências Sociais e Humanas), pp. 209-252.
- Serrão, J., 1968. *Dicionário de História de Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Speller, I., 2011. *The use and abuse of history by the military*. Liverpool, Desmond Tutu Centre for War and Peace Studies at Liverpool Hope University.
- Teixeira, M. C., 1992. As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social Vol XXVII*, (1º), pp. 65-89.
- Teixeira, N. S. et al., 2004. *Nova História Militar de Portugal Volume 1*. 1ª ed. Rio de Mouro: Círculo dos Leitores.
- Teixeira, N. S. et al., 2004. *Nova História Militar de Portugal Volume 4*. 1ª ed. Mem Martins: Círculo dos Leitores.



## **Apêndice 1 - Fontes, convenções de transição e abreviaturas**

Para a elaboração utilizamos as seguintes fontes primárias: Listagem dos Alunos da Academia de Fortificações, Escola do Exército, Escola de Guerra, Escola Militar (LAEE), as folhas de matrícula (FM) de 64 elementos do grupo e alguns dos processos de acesso à Escola do Exército (PAEE), Ordens do Exército (OE) e Almanques do Exército (AE).

A LAEE é um compêndio elaborado pelo Arquivo Histórico Militar (AHM) onde estão registadas as informações relativas aos alunos que entraram para aquelas instituições. Trata-se de um documento manuscrito, disponível no AHM, que descreve os dados constantes nos PAEE. Não possuindo nenhum campo descritivo, trata-se de um documento sem distorções elaborado para facilitar o acesso à informação.

As FM foram elaboradas ao longo da vida dos elementos do nosso grupo. São documentos manuscritos que tinham por finalidade o controlo administrativo da carreira do oficial. Assim, as FM não estavam sujeitas a qualquer tipo de interpretação e/ou criatividade por parte dos seus redatores, que assumimos serem indivíduos imparciais e credenciados, não possuindo interesses pessoais em distorcer os factos. Ao serem elaboradas ao longo de toda a carreira dos oficiais, estas folhas de matrícula foram redigidas por mais do que uma pessoa, tornando-se, por vezes, quase ininteligíveis. As FM encontram-se arquivadas no Arquivo Geral do Exército, sendo necessário requisitar no AHM a caixa dos documentos do indivíduo, as FM encontram-se no meio de um sem número de documentos individuais, desde requerimentos, notas de colocação até provas escritas para a promoção a general. As FM, mesmo apesar de serem documentos antigos, encontram-se em razoável estado de conservação, havendo no entanto a lamentar o facto de algumas já se encontrarem incompletas e outras desaparecidas.

Os PAEE são também processos compostos por documentos manuscritos de índole administrativa, relativos à entrada na Escola do Exército (EE), encontrando-se depositados no Arquivo Geral do Exército num maço com um número de processo. Nestes processos podem ver-se os requerimentos para inscrição na EE, credenciais de certificação de aproveitamento escolar relativos ao liceu ou escola preparatória. Os documentos presentes não obedecem a nenhuma regra, sendo arbitrário o que se encontra. São, no entanto, documentos oficiais genuínos que podem permitir confirmar algum dado em falta ou esclarecer alguma dúvida que surja sobre a naturalidade, escolaridade ou arma que frequentou o elemento na EE.

As OE encontram-se para consulta no AHM e são documentos que visavam regular o funcionamento do Exército. Contrariamente às fontes supramencionadas são datilografados e encontram-se em bom estado de conservação.



Sempre que detetámos discrepâncias entre os documentos consultados, optámos por levar em consideração a informação presente nas FM.



## Apêndice 2 - Relação dos documentos do Arquivo Histórico Militar sobre os oficiais do Serviço de Estado-Maior da Grande Guerra

Tabela nº 9 – Documentos utilizados

Fonte: Autor 2014

Nome do Militar	Processos de Acesso à Escola do Exército (PAEE)		Folha de Matrícula (FM)	
	Nº Maço	Nº Processo	Nº de Caixa	Referência
Abel Acácio de Almeida Botelho	36	2613	1338	(AHM, s.d.)
Gaspar António Azevedo Meira	44	2925	2266	(AHM, s.d.)
Antonio Maria de Matos Cordeiro	49	3103	1439	(AHM, s.d.)
Tomáz António Garcia Rosado	52	3216	2363	(AHM, s.d.)
Augusto da Costa Macedo	49	3117	2804	(AHM, s.d.)
Antonio José Garcia Guerreiro	52	3236	1678	(AHM, s.d.)
Manuel Rodrigues Ermitão	54	3309	2169	(AHM, s.d.)
Vitoriano José César	57	3405	2403	(AHM, s.d.)
José Augusto Alves Roçadas	62	3620	-	-
José Júlio Forbes Costa	60	3536	1724	(AHM, s.d.)
Alfredo Carlos Pimentel May	54	3822	3462	(AHM, s.d.)
Francisco Xavier Correia Mendes	56	3366	2651	(AHM, s.d.)
Manuel Maria de Oliveira Ramos	56	3397	2166	(AHM, s.d.)
Vasco Martins	230	8190	2877	(AHM, s.d.)
Pedro Lopes Cunha Pessoa	57	3402	2679	(AHM, s.d.)
Alfredo Mendes Magalhães Ramalho	61	3576	3344	(AHM, s.d.)
Luís António César de Oliveira	62	3629	2606	(AHM, s.d.)
João José Sinel Cordes	60	3525	2083	(AHM, s.d.)
João Montês Champalimaud	63	3678	2287	(AHM, s.d.)
Luís António Carvalho Martins	64	3702	2169	(AHM, s.d.)
António Nogueira Mimôso Guerra	64	3732	717	(AHM, s.d.)
Eduardo Augusto Marques	65	3758	2639	(AHM, s.d.)
José Mendes Ribeiro Norton de Matos	66	3807	1325	(AHM, s.d.)
João Pereira Bastos	60	3528	715	(AHM, s.d.)
Amílcar de Castro Abreu e Mota	64	3724	719	(AHM, s.d.)
Ilídio Marinho Falcão de Castro Nasareth	X	X	1483	(AHM, s.d.)
Aníbal Augusto Ramos de Miranda	67	3850	3147	(AHM, s.d.)
Angelo Leopoldo da Cruz e Sousa	X	X	1523	(AHM, s.d.)
Roberto da Cunha Baptista	75	4186	2203	(AHM, s.d.)
Amândio Oscar da Cruz e Sousa	81	4393	1303	(AHM, s.d.)



Nome do Militar	Processos de Acesso à Escola do Exército (PAEE)		Folha de Matrícula (FM)	
	Nº Maço	Nº Processo	Nº da Caixa	Referência
Jorge Soares Pinto de Mascarenhas	83	4453	2119	(AHM, s.d.)
Arnaldo de Melo	85	4514	2375	(AHM, s.d.)
Eduardo Augusto de Azambuja Martins	86	4518	-	-
Genipro da Cunha de Eça Costa Freitas e Almeida	86	4524	-	-
José Alberto da Silva Basto	83	4462	1718	(AHM, s.d.)
D. José de Serpa Pimentel de Sousa Coutinho	84	4486	2056	(AHM, s.d.)
Luís Augusto Ferreira Martins	80	4375	-	-
Miguel de Almeida Santos	87	4549	2682	(AHM, s.d.)
Gaspar do Couto Ribeiro Vilas	81	4409	3547	(AHM, s.d.)
João Ortigão Peres	65	3789	1353	(AHM, s.d.)
Artur Ivens Ferraz	74	4448	2213	(AHM, s.d.)
Antonio de Sant'Ana Cabrita Júnior	77	4254	2299	(AHM, s.d.)
Augusto Botelho da Costa Veiga	97	4778	3181	(AHM, s.d.)
Fernando Augusto Freiria	82	4445	715	(AHM, s.d.)
Alfredo Balduino de Seabra Junior	84	4478	2401	(AHM, s.d.)
António Maria de Freitas Soares	91	4666	1329	(AHM, s.d.)
Tasso de Miranda Cabral	89	4606	2845	(AHM, s.d.)
Fernando Augusto Borges Júnior	88	4579	2856	(AHM, s.d.)
Carlos Maria Pereira dos Santos	88	4572	3295	(AHM, s.d.)
João de Sousa Eiró	88	4567	2637	(AHM, s.d.)
Carlos Matias de Castro	88	4571	2691	(AHM, s.d.)
José Arrôbas Machado	88	4591	3060	(AHM, s.d.)
Joaquim Artur dos Santos Machado	88	4589	1701	(AHM, s.d.)
João Augusto Crispiniano Soares	105	4942	2844	(AHM, s.d.)
Manuel Firmino Almeida Maia Magalhães	93	4693	2204	(AHM, s.d.)
Helder Armando dos Santos Ribeiro	98	4814	-	-
Vasco Freire Ternudo	112	5106	-	-
António de Sousa Pinto Machado Coutinho	112	5104	3446	(AHM, s.d.)
Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa	98	4810	1750	(AHM, s.d.)
Júlio d'Abreu Campos	89	4599	3651	(AHM, s.d.)
Ernesto de França Mandes Machado	102	4904	-	-
João Carlos Pires Ferreira Chaves	101	4889	2528	(AHM, s.d.)
Armando Bertoldo Machado	124	4968	2254	(AHM, s.d.)





Nome do Militar	Processos de Acesso à Escola do Exército (PAEE)		Folha de Matrícula (FM)	
	Nº Maço	Nº Processo	Nº da Caixa	Referência
António de Sousa Guedes Cardoso Machado	110	5053	3758	(AHM, s.d.)
Joaquim dos Santos Correia	109	5038	3859	(AHM, s.d.)
Mário Augusto Gouveia Xavier de Brito	119	5322	-	-
José Joaquim Ramos	114	5169	-	-
Jorge Dias da Costa	124	5461	3489	(AHM, s.d.)
António Cândido de Gouveia Castilho Nobre	113	5130	1462	(AHM, s.d.)
Artur Pereira de Mesquita	97	4782	-	-
Liberato Damião Ribeiro Pinto	96	4761	2861	(AHM, s.d.)
Vitorino Henriques Godinho	95	4752	3663	(AHM, s.d.)
Henrique Sátiro Lopes Pires Monteiro	95	4749	3382	(AHM, s.d.)
José Esteves da Conceição Mascarenhas	107	4986	1328	(AHM, s.d.)